DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE RISCOS FINANCEIROS NAS ENTIDADES BANCÁRIAS: EVIDÊNCIA EMPÍRICA EM PORTUGAL

Suzana Cristina Dias Coelho, nº 3459

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico do Cávado e do Ave para obtenção do Grau de Mestre em Contabilidade e Finanças

ORIENTADORES

Prof. Doutora Kátia Cristiana Matos Ribeiro Lemos

Mestre Marco Paulo Pinto Amaral

Barcelos, outubro 2019

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE RISCOS FINANCEIROS NAS ENTIDADES BANCÁRIAS: EVIDÊNCIA EMPÍRICA EM PORTUGAL

Suzana Cristina Dias Coelho, nº 3459

ORIENTADORES

Prof. Doutora Kátia Cristiana Matos Ribeiro Lemos

Mestre Marco Paulo Pinto Amaral

Barcelos, outubro 2019

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

Nome: Suzana Cristina Dias Coelho

Endereço eletrónico: suzanacdcoelho@gmail.com

Título Dissertação: Divulgação de Informação sobre Riscos Financeiros nas Entidades Bancárias: Evidência Empírica em Portugal

Orientador: Kátia Cristiana Matos Ribeiro Lemos

Coorientador: Marco Paulo Pinto Amaral

Ano de Conclusão: 2019

Designação do Curso de Mestrado: Contabilidade e Finanças

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Instituto Politécnico do Cávado e do Ave,18/10/2019

Assinatura:



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO DE RISCOS FINANCEIROS NAS ENTIDADES BANCÁRIAS: EVIDÊNCIA EMPÍRICA EM PORTUGAL

RESUMO

O objetivo deste estudo é a análise da divulgação sobre riscos financeiros nas entidades bancárias portuguesas. Pretende-se verificar o grau de cumprimento com as recomendações emitidas pelo Comité de Basileia e com as normas internacionais de contabilidade, no que concerne à informação sobre riscos financeiros, e identificar os fatores determinantes do nível de divulgação apresentado.

Para o efeito, analisamos a informação divulgada pelas entidades bancárias a operar em Portugal, durante o período de 2013 a 2017, recorrendo à análise de conteúdo dos relatórios e contas. Posteriormente, serão identificados os fatores determinantes da divulgação sobre riscos financeiros, através da construção de um modelo de regressão linear múltipla.

Este trabalho, não sendo novo em Portugal, tem como objetivo dar continuidade ao estudo de Amaral (2015) e contribuir, teórica e empiricamente, para a investigação nesta área temática. O novo estudo permite avaliar um novo período de divulgação dos riscos financeiros, bem como abranger um maior número de entidades bancárias a operar em Portugal.

Os resultados obtidos permitem concluir que através da análise descritiva, o nível de divulgação de informação exercido sobre os riscos financeiros é elevado, continuando o Índice de Risco de Liquidez a ser o mais divulgado. Do estudo dos determinantes de divulgação, os resultados da estimação do modelo sugerem que as variáveis selecionadas são, efetivamente, as que apresentam maior poder explicativo. Do conjunto de estimativas, destacam-se as variáveis associadas à dimensão, rendibilidade, liquidez e produtividade, como fatores que exercem influência significativa na divulgação dos riscos financeiros.

Palavras chave: Riscos financeiros, entidades bancárias, índice de divulgação

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DISCLOSURE OF FINANCIAL RISKS INFORMATION IN BAKING ENTITIES: EMPIRICAL EVIDENCE IN PORTUGAL

ABSTRACT

The objective of this study is the analysis of the disclosure about financial risks in Portuguese banking entities. The aim is to verify compliance with the recommendations issued by the Basle Committee and international accounting standards in relation to financial risk information and to identify the determinants of the level of disclosure presented.

For this purpose, we analyse the information disclosed by the banking entities operating in Portugal, during the period from 2013 to 2017, by analysing the content of the reports and accounts. Subsequently, the determinants of financial risk disclosure will be identified through the construction of a multiple linear regression model.

This work, not being new in Portugal, aims to continue the study of Amaral (2015) and contribute, theoretically and empirically, to research in this thematic area. The new study allows to evaluate a new period of disclosure of financial risks, as well as to cover a greater number of banking entities operating in Portugal.

The results obtained allow us to conclude that through the descriptive analysis, the level of disclosure of information on financial risks is high, with the Liquidity Risk Index continuing to be the most publicized. From the study of the determinants of disclosure, the results suggest that the selected variables are, in fact, those that present greater explanatory power. From the set of estimates, the variables associated with the size, profitability, liquidity and productivity, stand out as factors that have a significant influence on financial risk disclosure.

Key words: Financial risks, banking entities, disclosure index

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEDICO

este trabalho de investigação às pessoas mais importantes da minha vida:

meus Pais, José e Teresa,

por tudo, mas principalmente pela pessoa que sou hoje.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

AGRADECIMENTOS

Ao longo da realização desta investigação, foram muitas as pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram com o seu apoio e incentivo para que a mesma se concretizasse. A todas elas expresso aqui o meu sincero agradecimento.

Em primeiro lugar, o meu agradecimento vai para a Professora Doutora Kátia Lemos, orientadora e para o Mestre Marco Amaral, coorientador desta dissertação de Mestrado, pelo seu apoio, sua orientação na realização do trabalho, pela disponibilidade demonstrada e pelos incentivos. Além disso, a partilha dos seus conhecimentos e experiência foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho de investigação.

A todos os professores do Mestrado em Contabilidade e Finanças do IPCA por todo o profissionalismo e excelência no seu desempenho.

A todos os meus colegas de mestrado, pela partilha de conhecimentos pela motivação e pelos bons e alegres momentos que passamos, em especial à Sami e à Salomé, companheiras na mesma luta que, num esforço conjunto, desde sempre me animaram e apoiaram, um obrigada com carinho pelo papel determinante que tiveram neste capítulo da minha vida.

Aos meus pais, José e Teresa, agradeço os valores que me incutiram e por fazerem tudo ao seu alcance para me ajudarem a crescer, a ambicionar e a realizar os meus sonhos.

À minha restante família e amigos, um profundo agradecimento por me inspirarem diariamente.

Apesar do processo solitário inerente à realização de uma dissertação, pude sempre contar com a confiança e apoio das pessoas que me enchem o coração.

A todos, o meu sincero OBRIGADA!

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

§ – Parágrafo

BCP – Banco Comercial Português

BdP – Banco de Portugal

BHCs – *Bank Holding Companies*

BPI – Banco Português de Investimento

BST – Banco Santander Totta

CA – Crédito Agrícola

Cfr – Conforme

CGD – Caixa Geral de Depósitos

CMN – Conselho Monetário Nacional

CPC – Comité de Pronunciamentos Contábeis

CSBB – Comité de Supervisão Bancária de Basileia

EFIOP – Eficiência Operativa

EU27 – Europa dos 27 membros

IASB – *International Accounting Standards Board*

IC – Instituição de Crédito

IFRS – *Internacional Financial Reporting Standards*

LIQ – Liquidez

LOGAT – Logaritmo do Valor do Ativo

LOGCO – Logaritmo do Número de Colaboradores

MBCP – Millennium BCP

MG – Montepio Geral

NB – Novo Banco

NIC – Normas Internacionais de Contabilidade

NIRF – Normas Internacionais de Relato Financeiro

PIB – Produto Interno Bruto

PROD – Produtividade

PSI – *Portuguese Stock Index*

QCRED – Qualidade do Crédito

ROA – *Return on Assets*

ROE – *Return on Equity*

RSC – Responsabilidade Social Corporativa

S&P´s – *Standard and Poor´s*

SOLV – Solvabilidade

STATA – *Statistics Data Analysis*

ÍNDICE

ÍNDICE DE TABELAS XIX

INTRODUÇÃO 1

1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO 3

1.1 Definição de risco 4

1.1.1 Risco de Crédito 7

1.1.2 Risco de Mercado 8

1.1.3 Risco de Liquidez 9

1.2 Referencial Normativo 10

1.2.1 Acordo de Basileia III 11

1.2.2 NIRF 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações 11

1.2.3 NIRF 9 – Instrumentos financeiros 14

2 REVISÃO DE ESTUDOS EMPÍRICOS 17

2.1 Divulgação sobre instrumentos financeiros 18

2.2 Divulgação sobre riscos não financeiros 20

2.3 Divulgação sobre riscos financeiros 21

3 ESTUDO EMPÍRICO 25

3.1 Objetivos e Hipóteses de investigação 26

3.1.1 Objetivos do estudo 26

3.1.2 Hipóteses de Investigação 26

3.1.2.1 Dimensão 27

3.1.2.2 Rendibilidade 28

3.1.2.3 Qualidade do Crédito 29

3.1.2.4 Solvabilidade 29

3.1.2.5 Liquidez 30

3.1.2.6 Eficiência Operativa 31

3.1.2.7 Produtividade 31

3.2 Metodologia de Investigação 32

3.2.1 Definição e caracterização da amostra 32

3.2.2 Definição das Variáveis 34

3.2.2.1 Variáveis dependentes 34

3.2.2.2 Variáveis Independentes 35

3.2.3 Especificação do Modelo 36

3.3 Análise e Discussão dos Resultados 38

3.3.1 Análise descritiva 38

3.3.2 Análise Multivariada 42

CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA FUTURA INVESTIGAÇÃO 49

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 53

ANEXOS 59

Anexo I – Índice de divulgação sobre risco de crédito pelo CSBB 59
Anexo II – Índice de divulgação sobre risco de crédito pela NIRF 7 60
Anexo III – Índice de divulgação sobre risco de mercado pelo CSBB..... 61
Anexo IV – Índice de divulgação sobre risco de mercado pela NIRF 7 61
Anexo V – Índice de divulgação sobre risco de liquidez pelo CSBB 62
Anexo VI – Índice de divulgação sobre risco de liquidez pela NIRF 7 62

APÊNDICE 63

Apêndice I – Quadro Resumo dos Estudos de divulgação no setor bancário 63

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Tipos de riscos na atividade bancária 6
Tabela 2 - Natureza das Divulgações 12
Tabela 3 – Amostra em estudo 33
Tabela 4 – Caraterização da amostra e das principais rubricas de Balanço a 31.12.2017 33
Tabela 5 – Índice de divulgação de Riscos Financeiros 35
Tabela 6 – Variáveis independentes em estudo 36
Tabela 7 – Modelo de regressão linear múltipla 37
Tabela 8 – Sinal esperado dos indicadores na divulgação dos riscos financeiros 38
Tabela 9 – Análise Estatística das variáveis independentes 39
Tabela 10 – Análise Estatística das variáveis dependentes 40
Tabela 11 – Nível de divulgação dos riscos por tipo de regulador 41
Tabela 12 – Nível de divulgação dos riscos por tipo índice 42
Tabela 13 – Matriz de correlação das variáveis independentes 43
Tabela 14 – Regressões multivariadas – resultados das estimações 44
Tabela 15 – Variáveis independentes explicativas 46

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INTRODUÇÃO

A presente dissertação foi realizada no âmbito do Mestrado em Contabilidade e Finanças e versa sobre o nível de divulgação de informação sobre os riscos financeiros (risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez) dos sete maiores bancos em termos de volumes dos ativos a operar em Portugal.

O sistema financeiro diferencia-se dos outros setores de atividade pelo seu funcionamento e pelo importante papel que representa na economia. O setor bancário está sujeito a um vasto conjunto de riscos decorrentes da sua atividade, tais como os riscos financeiros, os riscos não financeiros e outros riscos.

A crise financeira, que se iniciou em 2007 nos Estados Unidos, teve como impacto o colapso de várias entidades financeiras, levando a fortes agitações nos mercados financeiros, que originou um retrocesso da economia mundial bem como a uma maior pressão na regulação do sistema financeiro. Em consequência, assiste-se à necessidade de colaboração entre as entidades de regulação e supervisão dos vários países, devido à internacionalização e globalização da atividade bancária, cuja principal meta consiste no esforço global de harmonização das atividades de supervisão e das normas de regulação.

Em relação à divulgação de riscos financeiros, o Comité de Supervisão Bancária de Basileia (CSBB) emite recomendações no sentido de facilitar a comparabilidade entre todas as instituições do sistema financeiro, permitindo a todos os seus intervenientes a hipótese de apreciação e avaliação dos riscos financeiros dos bancos.

Por sua vez, o *International Accounting Standards Board* (IASB), para responder à evolução do mercado financeiro internacional, tem incrementado um conjunto de Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) relativas à divulgação e apresentação sobre todos os tipos de instrumentos financeiros, nas quais destaca a importância da divulgação de informação sobre os riscos associados à contratação destes instrumentos.

O objetivo deste estudo é a análise da divulgação sobre riscos financeiros nas entidades bancárias portuguesas. Pretende-se verificar o grau de cumprimento com as recomendações emitidas pelo Comité de Basileia e com as Normas do IASB, no que concerne à informação sobre riscos financeiros, e identificar os fatores determinantes do nível de divulgação apresentado.

Para o efeito, analisamos a informação divulgada pelas 7 maiores entidades bancárias a operar em Portugal, durante o período de 2013 a 2017, recorrendo para tal à análise de conteúdo dos relatórios e contas anuais consolidados.

A partir das recomendações do Comité de Basileia e das NIC/NIRF construiu-se um índice de divulgação para o risco financeiro e três sub-índices de divulgação, para os riscos de crédito, de

liquidez e de mercado, respetivamente que permitam retirar conclusões sobre o grau de cumprimento com as exigências contidas, quer no normativo do IASB, quer nas recomendações do Comité de Basileia.

Posteriormente, foram identificados os fatores determinantes da divulgação sobre riscos financeiros, através da construção de um modelo de regressão linear múltipla, no sentido de caraterizar as entidades mais divulgadoras e as menos divulgadoras.

Este trabalho, não sendo novo em Portugal, tem como objetivo dar continuidade ao estudo de Amaral (2015) e contribuir, teórica e empiricamente, para a investigação nesta área temática. O novo estudo permite avaliar um novo período de divulgação dos riscos financeiros, bem como abranger um maior número de entidades bancárias a operar em Portugal.

Espera-se que o nível de divulgação dos riscos financeiros seja elevado, tendo em consideração a forte regulação implementada pelos supervisores após a crise global do sistema financeiro, assim como evidenciar algumas características bancárias significativas na explicação do grau de divulgação dos riscos.

Para executar os objetivos definidos, após esta introdução, este trabalho de investigação, encontra-se organizado em três capítulos, compostos da seguinte forma:

Capítulo I – Enquadramento Teórico: neste capítulo o trabalho dedica-se ao enquadramento teórico, apresentando-se numa fase inicial uma definição de risco, bem como os tipos de riscos financeiros inerentes à atividade bancária, como o risco de crédito, o risco de mercado e o risco de liquidez. Num segundo momento deste capítulo é abordado o referencial normativo, dando especial destaque ao Acordo de Basileia III e as Normas Internacionais de Relato Financeiro sobre instrumentos financeiros (NIRF 7 e NIRF 9);

Capítulo II – Revisão de Estudos Empíricos: este capítulo é orientado para a revisão de literatura de carácter científico de modo a evidenciar estudos sobre o nível de divulgação de informação sobre instrumentos financeiros e sobre riscos não financeiros e riscos financeiros, realizados por outros autores em diferentes contextos internacionais;

Capítulo III – Estudo Empírico: Por fim, este capítulo destina-se a desenvolver e demonstrar o estudo empírico realizado. Será apresentada a metodologia adotada, o tratamento estatístico dos dados recolhidos, bem como serão observados e discutidos os resultados obtidos.

Finalmente tecem-se as principais conclusões deste trabalho, apresentam-se as limitações do estudo e sugerem-se pistas de investigação futura.

1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A atividade bancária, por causa da sua natureza específica, faz com que cada instituição financeira esteja exposta a diversos tipos de riscos, tais como: risco de crédito, o risco de mercado, o risco de liquidez, entre outros. Esses riscos exigem tanto dos órgãos reguladores e supervisores como também das próprias instituições comportamentos que visem conservar os interesses dos diversos agentes económicos que interagem com o sistema financeiro como forma de evitar situações, tais como as que aconteceram a algumas instituições financeiras, que depois de registarem perdas muito elevadas, foram vendidas ou faliram, decorrentes da crise financeira que teve a sua origem nos Estados Unidos e que depois se alastrou pela Europa (Beneditto & Silva 2008).

A primeira parte deste estudo é dedicada ao enquadramento teórico do risco e ao referencial normativo da atividade bancária. Assim, é inicialmente apresentada uma definição de risco, bem como os vários tipos de riscos inerentes ao setor bancário. É efetuado ainda neste capítulo um enquadramento normativo, sendo de realçar as recomendações do último Acordo de Basileia (Basileia III) e as NIRF 7 e NIRF 9, sobre instrumentos financeiros, emitidas pelo IASB.

1.1 Definição de risco

Mas o que é o risco? Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora, risco é um substantivo masculino e é definido como a "possibilidade de um acontecimento futuro e incerto; perigo". Daqui pode-se observar uma relação entre a possibilidade e o grau de incerteza em relação a um acontecimento futuro.

Goulart (2003), define risco como a possibilidade de obtermos um resultado diferente do que era esperado inicialmente, contudo o conceito de risco tende a dar maior importância aos resultados negativos pois os resultados apresentados são menores que os esperados.

Por sua vez os autores Pinho, Valente, Madaleno e Vieira (2019), consideram que o risco depende da dualidade da incerteza e indesejabilidade que pode ser associada a um determinado resultado de um acontecimento. Sendo assim, os autores afirmam que estaremos perante uma situação de risco quando existe a possibilidade de uma determinada situação não ter o resultado desejado.

Para Almeida (2014), o conceito de risco está apoiado na leve associação entre o que poderemos saber e a incerteza, misturando um pouco de conhecimento e desconhecimento.

Numa abordagem às finanças os autores Righi, Müller, Silveira e Vieira (2019) consideram que o risco é o conceito mais importante a nível financeiro, uma vez que é na gestão do risco que se apoiam sempre que há problemas a nível financeiro. Uma boa gestão do risco financeiro é realizar a mensuração do risco, dando especial atenção à previsão precisa de medidas de risco. Estes autores realizaram um estudo onde mostraram a união entre os pressupostos dos modelos de risco e os paradigmas dos estudos organizacionais.

Há várias noções de risco e os investigadores explicaram a divulgação de riscos de diferentes maneiras e contextos. Basicamente, a divulgação de risco é a comunicação de informações sobre as estratégias, características, operações e outros fatores externos de uma empresa que têm o potencial de afetar os resultados esperados (Dey, Hossain & Rezaee, 2018).

Uma das importantes lições a reter da primeira crise financeira do século XXI, foi a evidência do nível de fragilidade de divulgação dos riscos. Neste contexto, Graça (2012) refere que, por causa das crises financeiras e os escândalos financeiros que aconteceram na última década no mercado, as empresas foram forçadas a preocuparem-se mais com os investidores, dando maior importância à gestão de riscos e à sua divulgação no meio empresarial (Citado por Costa, Leal & Ponte, 2017, p. 731).

Na mesma concordância Dey *et al.,* (2018), afirmam que basicamente, a divulgação de risco é a comunicação de informações sobre as estratégias, características, operações e outros fatores externos de uma empresa que têm o potencial de afetar os resultados esperados.

Uma vez que o estudo desta dissertação se enquadra no sistema financeiro, nomeadamente no setor bancário, torna-se relevante identificar os principais riscos inerentes ao negócio bancário. Neste sentido, o regulador/supervisor do setor (Banco de Portugal - BdP) define de uma forma muito categórica a tipologia dos riscos na atividade bancária (*cfr*. Tabela 1), nomeadamente os riscos que estão relacionados com a probabilidade de ocorrência de impactos negativos (Aviso n.º 5/2008 do BdP).

Tabela 1 – Tipos de riscos na atividade bancária

	Tipos de Risco	Subcategoria	Descrição
Riscos Financeiros	**Crédito**	Incumprimento	Risco de ativo ou empréstimo se tornar todo ou em parte irrecuperável no caso de *default*.
		Concentração	
		Colaterais	
	Mercado	Taxa de Juro	Risco associado a instrumentos financeiros transacionados em mercados próprios e/ou por transações em mercados de reduzida liquidez.
		Taxa de Câmbio	
		Preços/*Commodities*	
		Cotações Ações / Trading	
		Risco Imobiliário	
	Liquidez	Fluxos Caixa / *Mismatches*	Falta de liquidez para fazer face aos compromissos assumidos.
		Concentração	
Riscos Não Financeiros	**Operacional**	Fraude/Erros/Processos	Risco associado a falhas de inadequação de processos, pessoas e sistemas de informação.
		Tecnologias Informação	
		Segurança/Ambiente	
	Negociação/Estratégia	Decisões/Estratégias	Alterações no mercado.
	Reputação	Imagem Pública	Perceção negativa da imagem.
	Legal/Compliance	Normas/Regras/Jurídico	Violação de regulamentos.
	Pais/Soberano	Perturbações Politicas	Risco de *default* de um Estado.
	Fundo de Pensões	Desvalorização do Fundo	Contribuições não previstas.
Outros	**Solvência**	Capital	Incapacidade de cobrir perdas.
	Contágio	De Ativos	Contaminação de agentes do setor.
	Sistémico	Choque Financeiro	Propagar todo setor financeiro.

Fonte: Amaral (2015)

De modo a permitir que os agentes económicos do mercado financeiro compreendam melhor o perfil de risco dos bancos é necessário que as instituições de crédito divulguem mais informação sobre a natureza e extensão dos riscos associados à sua atividade. Assim o nível de divulgação dos riscos financeiros está relacionado de forma positiva a atributos financeiros. A justificação dos autores, Dey *et al.* (2018), para essa associação é a seguinte:

a divulgação do risco pode oferecer uma maior transparência e aumentar a confiança dos investidores, o que poderá levar a um maior valor da empresa;

as empresas alavancadas serem obrigadas a divulgar mais informações sobre o risco para satisfazer as necessidades dos investidores e credores;

as grandes empresas estarem mais expostas a riscos de conflitos (entidades de interesse público) do que as pequenas empresas e, logo, estão mais vocacionadas a divulgar mais informações;

maior desempenho financeiro poderia convencer o Conselho de Administração da empresa a fornecer mais informações para demonstrar a sua capacidade de criar valor para o acionista; e

o risco de liquidez poder estimular as entidades que divulgam a aumentar o nível de divulgação do risco para informar aos acionistas que a administração está a considerar esse risco.

Num processo de intermediação financeira existem vários riscos, mas o risco de crédito torna-se um dos mais relevantes da atividade bancária por causa do não cumprimento das obrigações contratuais, por parte do tomador, resultando assim na possibilidade de perdas (Dantas, Micheletto, Cardoso & Freire, 2017).

Conforme anteriormente referido na tabela 1, as instituições bancárias estão sujeitas a riscos financeiros, não financeiros e outros riscos. Contudo, no presente estudo dá-se particular relevância aos riscos financeiros, ou seja, os riscos que estão diretamente relacionados aos ativos e passivos monetários dos bancos (Amaral, 2015). Deste modo, apresentam-se de seguida as definições de risco de crédito, de risco de mercado e de risco de liquidez.

1.1.1 Risco de Crédito

Silva (2017b) salienta que o risco de crédito advém dos impactos negativos nos resultados ou no capital pelo não cumprimento dos compromissos financeiros assumidos perante o credor. Este risco assume uma maior importância no setor bancário, caraterizado como um sistema que depende essencialmente da confiança nos elementos que o integram, dado que o mesmo lida com eventos futuros incertos.

De forma convergente, os autores Pinho *et al*. (2019) consideram o risco de crédito como os impactos negativos nos resultados ou no capital, que são provenientes do não cumprimento dos compromissos financeiros perante a Instituição de Crédito (IC). Assim, o risco de crédito resulta da possível ocorrência de uma falência ou do não cumprimento das obrigações, conforme os termos acordados com a outra parte.

Ainda na mesma linha de pensamento, Pereira (2015) refere que o risco de crédito está exposto na globalidade dos negócios como um dos riscos com mais história. Assim, uma organização está sujeita a este risco quando há a possibilidade de não receber a contraprestação devida ou o capital aplicado reembolsado, total ou parcialmente.

Por sua vez, Faro (2014) afirma que cada vez que os fornecedores de produtos ou serviços os vendem sem receber imediatamente estão expostos a um determinado risco, o risco de crédito.

Pode-se ainda afirmar que o risco de crédito poderá ocorrer, principalmente, nas exposições de crédito (incluindo o crédito titulado), linhas de crédito, garantias e derivados (BdP, 2007). Deste modo, as organizações empresariais ampliam e concretizam as suas oportunidades de negócio a partir de um recurso muito importante que é o crédito. Em contrapartida para as IC, a concessão de crédito pode provocar uma ameaça da parte do devedor de não reembolsar esse mesmo crédito.

Em geral, os conceitos utilizados por estes autores são consistentes com as normas internacionais de contabilidade. Assim, a NIRF 7, define o risco de crédito como sendo o risco

de um participante num instrumento financeiro não vir a cumprir uma obrigação, promovendo assim uma perda financeira para o outro participante (NIRF 7, 2006: Apêndice).

Conclui-se que a exposição ao risco de crédito surge de uma provável situação de incumprimento, resultante de uma avaliação pelas instituições de crédito, devido às particularidades da atividade desenvolvida constituindo assim a sua principal fonte de preocupação. Daí que este risco é um tema a que é dada uma atenção peculiar quer por parte das instituições nacionais e internacionais de regulação e supervisão bancária, dado que uma incorreta avaliação pode atrair consequências negativas para o sistema financeiro, quer por parte das instituições financeiras (Faro, 2014), uma vez que procuram aperfeiçoar técnicas eficazes na gestão do risco crédito, devido aos requisitos impostos pelos acordos de Basileia II e III.

O BdP (2007), define o risco de crédito como sendo a possibilidade de acontecerem impactos negativos nos resultados ou no capital, por causa da incapacidade de uma das partes ao executar os seus compromissos financeiros perante uma instituição, abrangendo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior.

1.1.2 Risco de Mercado

Faro (2014) define o risco de mercado como sendo o risco de haver alterações no valor de mercado de um título ou carteira de instrumentos financeiros por causa de mudanças inesperadas nas condições do mercado. Este risco tem alcançado relevância nos mercados internacionais, na última década, devido a três fenómenos principais:

o processo de securitização;

o crescimento progressivo do mercado de derivados; e

a adoção mais difundida das novas normas de contabilidade.

De acordo com o BdP (2007), o risco de mercado é a possibilidade de acontecerem impactos negativos nos resultados ou no capital, por causa de movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, promovidos por oscilações nas cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio. O risco de mercado está relacionado, principalmente, com a detenção de posições de curto prazo em títulos de dívida e de capital, em moedas, em mercadorias e em derivados.

No tratamento às carteiras de títulos Pinho *et al*. (2019) referem que o risco de mercado afeta indiretamente todas as empresas, apesar de não ser forçosamente com a mesma extensão, e não pode ser retirado através da criação de uma carteira de títulos diversificada. Este risco acontece devido aos efeitos das variáveis macroeconómicas sobre as empresas, sendo eles, a taxa de inflação, a taxa de juro e a taxa de crescimento do PIB – Produto Interno Bruto. Ou seja, o risco de mercado permanecerá sempre nas estratégias de investimento, mesmo usando estratégias de diversificação.

Por sua vez, na NIRF 7 é definido o risco de mercado como o "risco de que o justo valor ou o fluxo de caixa futuro de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nos preços de mercado". O risco de mercado engloba três tipos de risco:

O risco cambial é "o risco de que o justo valor ou o fluxo de caixa futuro de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações das taxas de câmbio";

O risco de taxa de juro é "o risco de que o justo valor ou o fluxo de caixa futuro de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações das taxas de juro do mercado";

Por fim, outros riscos de preços é "o risco de que o justo valor ou o fluxo de caixa futuro de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nos preços de mercado (que não as associadas a riscos de taxa de juro ou riscos cambiais), quer essas alterações sejam causadas por fatores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por fatores que afetem todos os instrumentos similares negociados do mercado" (NIRF 7, 2006: Apêndice).

1.1.3 Risco de Liquidez

Uma vez que os bancos são os principais fornecedores de liquidez da economia, é decisivo que estes sejam capazes de gerir adequadamente o risco de liquidez subjacente à sua organização de balanço, uma vez que o seu papel de transformação de maturidades os torna inerentemente ilíquidos (Bonfim & Kim, 2012).

De acordo com Faro (2014) a liquidez é analisada numa vertente mais alargada da sua gestão. Assim, consiste na indecisão alusiva à capacidade financeira de uma instituição conseguir recursos para financiar os aumentos do seu ativo ou cumprir as suas obrigações, ou, ainda, à possível dificuldade que o administrador possa encontrar para realizar os ativos que compõem a sua carteira. Para além da escassez de liquidez na negociação, há outras formas de risco de liquidez que as instituições financeiras estão expostas: o risco de a outra parte na data de vencimento não liquidar a totalidade do pagamento; o risco de não ter fundos suficientes para assumir as obrigações assumidas e o risco de não conseguir alcançar no mercado ou alcançar taxas superiores às praticadas no mercado.

Por sua vez, para Pinho *et al*. (2019), este risco pode ser definido como o risco onde há falta de capacidade de uma empresa para cumprir os seus compromissos quando aparecem a um custo aceitável. Este risco acontece porque a empresa tem uma multiplicidade de ativos e responsabilidades.

As definições consideradas por estes autores são consistentes com a NIRF 7, em que o risco de liquidez é definido como "o risco de que uma entidade venha a encontrar dificuldades para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros". (NIRF 7, 2006: Apêndice).

Deste modo, pode-se concluir que a regulação do risco de liquidez é fundamental para abrandar alguns destes riscos. Uma das fundamentações para a necessidade de regular o risco de liquidez

está relacionada com o facto de os bancos não levarem em consideração o ótimo social quando otimizam a relação entre risco e retorno (Bonfim & Kim, 2012).

1.2 Referencial Normativo

A estabilidade, a eficiência e o desenvolvimento financeiro requerem normas apropriadas e mecanismos que garantam a sua execução (Faro, 2014).

As normas internacionais de relato financeiro nasceram da multiplicidade contabilística e da necessidade de uma harmonização de forma que sejam possíveis a comparabilidade e a análise internacional da informação contabilística, como resultado da globalização das economias. Deste modo, desde os finais dos anos 80, dois dos principais organismos internacionais que supervisionam o sistema financeiro têm apresentado um conjunto de recomendações e normas que regulam a divulgação de informação sobre os riscos do negócio bancário, sendo de destacar no caso do IASB, as Normas Internacionais de Relato Financeiro NIRF 7 e NIRF 9 e, no caso do Comité de Basileia, os Acordos de Basileia I, II e III.

O Acordo de Basileia I (ou só Basileia I), foi aprovado em julho de 1988, após vários anos de trabalho por parte do CSBB com o propósito de harmonizar as normas de supervisão relativas aos requisitos de capital dos bancos internacionais. Este Acordo aprovou requisitos mínimos de capital para os bancos, estabelecendo apenas níveis mínimos de capital e permitindo aos bancos centrais a possibilidade de fixarem normas mais exigentes para as instituições suas subordinadas. O próprio Comité entendia que os requisitos previstos no acordo eram apenas os traços gerais a levar em consideração numa avaliação da solidez e robustez das instituições financeiras, visando apenas prevenir o risco de crédito (ou seja, o incumprimento das partes), e não prevenindo o risco de mercado e o risco operacional.

O Acordo de Capital de Basileia II, ou só Basileia II, foi aprovado em junho de 2004 para alargar o anterior acordo. Este novo acordo baseia-se em três pilares e em vinte e cinco princípios básicos sobre contabilidade e supervisão bancária. De acordo com (Pereira, 2015) os três pilares básicos do Acordo foram:

capital mínimo necessário;

processo de regulação e supervisão;

transparência e Disciplina de Mercado.

1.2.1 Acordo de Basileia III

Por causa da crise financeira dos últimos anos, efetuaram-se várias iniciativas a nível internacional para o reforço do sistema financeiro que findaram em fevereiro de 2011 com a publicação do Acordo de Basileia III (ou Basileia III) por parte do CSBB, resultando num conjunto de medidas que visam aumentar o volume do quadro regulamentar prudencial aplicável às instituições de crédito. O conjunto de medidas é amplo e devido à sua relevância, importa referir as principais melhorias e regras do Acordo:

a introdução de novas exigências no domínio da determinação dos fundos próprios, com vista à melhoria da respetiva qualidade e quantidade da adequação de capital;

a inserção de uma medida suplementar para avaliar o risco de alavancagem no sistema bancário;

a imposição de níveis de manutenção de liquidez próprios numa perspetiva de curto e médio-longo prazo;

a inserção de duas medidas de avaliação do risco de liquidez; e

a implementação de um conjunto de meios com o propósito de estabelecer reservas adicionais (almofadas - *buffer* de capital contra cíclico) de fundos próprios às instituições de crédito.

Para Pereira (2015) as linhas principais do Basileia III assentam nas seguintes orientações: reforçar os requisitos de fundos próprios das IC's;

aumentar significativamente a qualidade desses mesmos fundos próprios;

reduzir o risco sistémico; e

criar um período de transição suficiente para abranger as novas exigências.

1.2.2 NIRF 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações

A norma NIRF 7, Instrumentos Financeiros: Divulgações, foi publicada pelo IASB no dia 18 de agosto de 2005, inclui 45 parágrafos (futuramente designado por §) e 4 apêndices.

Esta norma obriga que as entidades nas suas demonstrações financeiras divulguem informação relevante, fiável e compreensível para que outras entidades possam avaliar o seguinte: (NIRF 7: §1)

o significado dos instrumentos financeiros para a posição financeira e para o desempenho da entidade;

a natureza e a extensão dos riscos relacionados com os instrumentos financeiros aos quais a entidade é submetida durante o período e na data de relato; e

a forma como a entidade gere esses mesmos riscos.

A NIRF compreende todas as entidades, financeiras ou não financeiras, e deve ser aplicada a todos os instrumentos financeiros, mas com algumas exclusões (NIRF 7: §3).

As entidades devem divulgar a informação para permitir aos utilizadores das suas demonstrações financeiras avaliar a natureza e a extensão dos riscos, particularmente o risco de crédito, liquidez e mercado (NIRF 7: §32), decorrentes de instrumentos financeiros para os quais a entidade está exposta à data de relato (NIRF 7: §31).

Para cada tipo de risco, a entidade deve realizar divulgações de natureza qualitativa (NIRF 7: §33) e quantitativa (NIRF 7: §34), conforme a seguinte Tabela 2:

Tabela 2 - Natureza das Divulgações

<table>
<tr><th>Divulgação Qualitativa</th><th>Divulgação Quantitativa</th></tr>
<tr><td>A sua exposição e a origem do risco;</td><td>Uma síntese quantitativa da sua exposição ao risco associado na data de relato e baseada na informação prestada ao órgão de gestão;</td></tr>
<tr><td>Os seus objetivos, políticas e procedimentos de gestão de risco e os métodos empregues para medir esse risco;</td><td>Informações relacionadas ao risco de crédito, liquidez e mercado;</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Qualquer alteração em relação à sua exposição, origem, objetivos, políticas e procedimentos de gestão de risco e os métodos empregues para medir esse risco em relação ao período anterior.</td><td>Concentrações de risco que não estejam claros nos pontos anteriores;</td></tr>
<tr><td>Fornecer informação adicional que seja representativa, caso os dados fornecidos sobre os riscos não sejam representativos.</td></tr>
</table>

Fonte: Elaboração própria com base na NIRF 7 (2006)

De acordo com a NIRF 7, os instrumentos financeiros devem ser divulgados de acordo com a categoria dos riscos associados, nomeadamente através do risco de crédito, do risco de mercado, do risco de liquidez.

Assim, a norma NIRF 7 (§36) refere que em relação ao risco de crédito, dever ser divulgado o seguinte:

a) a quantia que melhor representa a sua exposição máxima ao risco de crédito à data de relato, sem ter em consideração quaisquer garantias detidas ou outras melhorias da qualidade de crédito (por exemplo, acordos de compensação não elegíveis para compensação segundo a NIC 32);
b) no que diz respeito à quantia divulgada em (a), uma descrição das garantias colaterais detidas a título de caução e outras melhorias da qualidade de crédito;
c) informação acerca da qualidade de crédito de ativos financeiros que não estejam vencidos nem em imparidade;

d) a quantia escriturada de ativos financeiros cujos termos foram renegociados e que, caso contrário, estariam vencidos ou em imparidade.

A NIRF 7 (§ 39), em relação ao risco de liquidez, salienta que as entidades devem divulgar o seguinte:

a) uma análise da maturidade dos passivos financeiros que indique as maturidades contratuais excedentes;
b) uma descrição da forma como a entidade gere o risco de liquidez inerente à alínea (a).

Na NIFR 7 (§ 40), em relação ao risco de mercado as entidades devem facultar uma análise de sensibilidade para cada subcategoria de risco de mercado, ou seja, para o risco de cambial, risco da taxa de juro e outros riscos de preços. Esta análise deve apresentar a forma como os lucros ou prejuízos e o capital próprio são afetados por alterações na variável do risco em apreço razoavelmente possíveis àquela data, assim como os métodos e pressupostos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade. Também deve mostrar as alterações introduzidas nos métodos e pressupostos utilizados face ao período anterior, bem como as razões dessas alterações (Ferreira, 2011).

É exigida uma análise de sensibilidade para cada subcategoria de risco de mercado ao qual a entidade está exposta, de acordo com o § 40 (a), mas pelo § B3, a entidade determinará, à luz das próprias circunstâncias, o nível de pormenor a ser divulgado para satisfazer os requisitos desta NIRF, o destaque que coloca nos vários aspetos dos requisitos e a forma como deve agrupar a informação para transmitir uma imagem global, sem combinar informação com características distintas. É essencial fazer com que haja uma harmonia entre demonstrações financeiras sobrecarregadas com pormenores excessivos que podem não ajudar os utentes das demonstrações financeiras e o disfarce de informação importante como resultado de um grau excessivo de agregação.

No § 41, se uma entidade elabore uma análise de sensibilidade, como uma análise do valor-em-risco (*value-at-risk*), que mostre interdependências entre variáveis de risco (por exemplo, taxas de juro e taxas de câmbio) e utilize essa análise para gerir os riscos financeiros, pode usá-la em vez da análise especificada no § 40. A entidade deve também divulgar:

a) uma descrição do método utilizado na elaboração dessa análise de sensibilidade, assim como dos principais critérios e pressupostos subjacentes aos dados fornecidos;
b) uma explicação do objetivo do método utilizado e das limitações que podem resultar do facto da informação não traduzir cabalmente o justo valor do ativo e do passivo envolvido.

Se a análise de sensibilidade divulgada nos termos dos § 40 ou 41 não for emblemática do risco intrínseco a um instrumento financeiro (por exemplo porque a exposição no final do ano não espelha a exposição durante o ano), a entidade deve divulgar esse facto, bem como a razão pela qual entende que a análise de sensibilidade não é representativa.

Grosu e Chelba (2019), acreditam que as exigências de divulgação impostas pela NIRF 7 devem ser acompanhadas por uma legislação ativa para garantir o cumprimento e, possivelmente, até mesmo leis antifraude, para garantir que as informações descritas estejam completas, dentro do prazo e não intencionalmente erradas.

1.2.3 NIRF 9 – Instrumentos financeiros

Em julho de 2014, devido à crise financeira internacional, o IASB difundiu a NIRF 9 – Instrumentos financeiros, na sua versão final, que visa substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração e a NIRF 7. A nova norma entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2018 (com possibilidade de adoção antecipada pelos motivos de comparabilidade dos períodos de relato) e promete apresentar impactos significativos nas demonstrações financeiras. A crise fez com que houvesse perda de confiança no sistema bancário devido aos padrões contabilísticos dos bancos, sendo a maior fraqueza a morosidade no reconhecimento das imparidades consequência de perdas de crédito. Tendo isto em atenção o IASB definiu um tratamento que facilitasse o reconhecimento mais célere de perdas por empréstimo (Silva, Mota & Pereira, 2017).

Para Silva (2017a), a NIRF 9 é, sem dúvida, a maior alteração à contabilidade das instituições financeiras, desde 2005 (data da adoção das normas internacionais de contabilidade). Segundo o mesmo autor, este novo normativo introduz novos conceitos e altera muitos dos anteriores, sendo de destacar os seguintes casos particulares:

Classificação e mensuração de ativos;

Imparidades;

Contabilidade de derivados; e

Contabilidade de cobertura (*hedge accounting*).

O IASB com esta norma pretende simplificar e reduzir as possibilidades de classificação, passando para duas: custo amortizado e justo valor. Esta norma foi um projeto composto por três fases. (Ferreira, 2011), que segundo Ha (2017), podem ser resumidas da seguinte forma:

> 1ª Fase – Avaliação do modelo de negócio e teste das caraterísticas dos fluxos de caixa para serem classificados;
>
> 2ª Fase – Imparidade;
>
> 3ª Fase – Preparação para a transição e divulgação.

A NIRF 9 é destinada a todas as entidades, financeiras ou não financeiras, e todos os instrumentos financeiros, com algumas exceções (NIRF 9: § 2.1) e estabelece os princípios aplicáveis ao relato financeiro de ativos financeiros e passivos financeiros que constituam informações pertinentes e úteis para os utilizadores das demonstrações financeiras com vista à

sua avaliação das quantias, dos momentos de ocorrência e do grau de incerteza dos fluxos de caixa futuros de uma entidade (NIRF 9: §1.1).

Silva *et al*. (2017) referem que, em relação à divulgação (NIRF9 em combinação com a NIRF7), nota-se a implementação de novos requisitos de divulgação relativos ao risco de crédito e às perdas de crédito esperadas que irão requerer um grande esforço de divulgação. Mas a divulgação deve ser executada de forma que os utentes possam localizá-la e entendê-la facilmente. Para que tal aconteça, as entidades têm de ter em consideração: (§ 35B)

informações sobre as práticas de gestão de risco de crédito e como elas se relacionam ao reconhecimento e mensuração das perdas de crédito esperadas, incluindo métodos, pressupostos e informações utilizadas para mensurar as perdas de crédito esperadas;

informações quantitativas e qualitativas para avaliar os valores de perdas de crédito esperadas, incluindo as alterações de valor das perdas de crédito esperadas e os seus motivos;

informações sobre a exposição ao risco de crédito da entidade, incluindo concentrações significativas de risco de crédito.

Com a entrada em vigor da NIRF 9 houve alterações no que se refere:

à classificação e mensuração dos ativos financeiros, incluindo de uma maneira mais simples a classificação com base no modelo de negócio definido pela gestão;

ao reconhecimento da componente de "*own credit risk – risco de crédito próprio*" na mensuração voluntária de passivos ao justo valor;

ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber, com base no modelo de perdas estimadas em substituição do modelo de perdas incorridas;

às regras da contabilidade de cobertura, que se pretende que estejam mais alinhadas com o racional económico da cobertura de riscos definido pela Gestão.

Os princípios aplicáveis ao desreconhecimento dos ativos financeiros mantêm-se sem alterações.

Na NIRF 9 a modificação dos "Elementos de pré-pagamento com compensação negativa", possibilita a classificação /mensuração de ativos financeiros ao custo amortizado mesmo que envolvam condições que concordem o pagamento antecipado por um valor de contraprestação inferior ao valor nominal ("compensação negativa"), tratando-se de uma isenção aos requisitos previsto na NIRF 9 para a classificação de ativos financeiros ao custo amortizado. Ainda é esclarecido que quando se demonstre uma alteração às condições de um passivo financeiro que não dê origem ao desreconhecimento, a diferença de mensuração tem de ser registada de imediato nos resultados do exercício (PWC, 2018).

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

2 REVISÃO DE ESTUDOS EMPÍRICOS

Para sustentar o estudo empírico foram analisados vários autores que abordam o tema da divulgação de informação nas entidades financeiras, com especial destaque para o setor bancário. Para tal, os estudos foram decompostos em três grupos de análise. Assim, o primeiro grupo incide essencialmente sobre o nível de divulgação sobre instrumentos financeiros, de seguida apresenta-se um segundo grupo destinado a estudos que analisam o nível de divulgação de informação sobre os riscos não financeiros e por fim, um terceiro grupo que estuda o nível de divulgação sobre riscos financeiros, ou seja, sobre os riscos objeto de estudo do presente trabalho.

2.1 Divulgação sobre instrumentos financeiros

Bhasin, Makarov e Orazalin (2012) elaboraram um estudo com o objetivo de examinar a extensão e os determinantes da divulgação voluntária total e das categorias de divulgação em relatórios financeiros e não financeiros das empresas bancárias listadas na Bolsa de Valores do Cazaquistão, tendo sido analisados 29 dos 39 bancos no período de 2009 a 2010. A metodologia adotada foi o modelo de regressão pelo método dos mínimos quadrados ordinários.

Os autores examinaram a associação entre divulgação voluntária e fatores de governança, como tamanho e composição do conselho de administração, bem como analisaram o tamanho e a idade do banco que explicam a variação no índice de divulgação voluntária. Apesar das limitações que tiveram, o estudo estar limitado a um único setor e devido ao tamanho da amostra, concluíram que os resultados empíricos sugerem que o número de diretores externos tem o impacto positivo mais significativo no nível de divulgação e o aumento do tamanho dos bancos também leva a um maior grau de relato voluntário. No entanto, os resultados fornecem evidências de que o relato voluntário não melhora com o tempo.

Siregar, Djakman, Maharani, Farahmita e Ningrum (2016), elaboraram um estudo com o objetivo averiguar o nível de divulgação dos instrumentos financeiros dos bancos na Indonésia e no Reino Unido. A Indonésia iniciou a convergência com o normativo do IASB em 2008 e o Reino Unido adotou totalmente este normativo em 2005.

Os autores compararam a divulgação em relação às demonstrações financeiras de 5 grandes bancos indonésios e de 5 grandes bancos do Reino Unido no ano de 2014. Para realizar a análise sobre o nível de conformidade da divulgação dos bancos, os autores recorreram o método de análise conteúdo. Nas suas conclusões destacaram várias diferenças na divulgação em ambos os países, tendo sido observado que os bancos do Reino Unido tendem a divulgar de forma mais abrangente nas suas notas às demonstrações financeiras, mostrando que a divulgação não é totalmente comparável entre os bancos de ambos os países, o que, por sua vez, pode limitar o benefício da convergência com as NIRF.

Bischof, Daske, Elfers e Hali (2016), analisaram os efeitos da heterogeneidade na supervisão regulatória sobre o comportamento de divulgação das empresas e dos bancos e as suas

consequências no mercado de capitais, concentrando-se na norma contabilística NIRF 7 e na regulamentação bancária do Pilar 3 do acordo de Basileia II. Realizaram o estudo a partir de uma amostra de 220 bancos e 50 empresas, de 50 países, durante o período de 2005 a 2009. A metodologia utilizada foi baseada no estudo de dados em painel entre anos (*time-series*) e países (*cross-section*), recorrendo-se à análise de regressão dos mínimos quadrados ordinários através do modelo dos efeitos fixos (*fixed effects*). Foram ainda utilizadas variáveis de controlo como: dimensão, capital, rendibilidade do ativo, crescimento do ativo, justo valor, entre outras.

Os autores concluíram que os bancos que adotam as regras do Pilar 3 melhoram sua pontuação de divulgações de risco em cerca de 26 pontos percentuais em relação a apenas cerca de 12 pontos percentuais para as empresas. Os efeitos são mais fortes nos países onde o regulador bancário tem mais poderes de supervisão e está equipado com melhores recursos do que o regulador de valores mobiliários, e onde o regulador bancário está menos envolvido na supervisão dos mercados de valores mobiliários ou no estabelecimento de normas contabilísticas.

Sousa e Santos (2017), realizaram um estudo para as entidades financeiras que operam no Brasil com objetivo principal de verificar se o nível de divulgação das informações relativas aos instrumentos financeiros estava conforme o exigido pelo Comité de Pronunciamentos Contábeis - CPC 40 (Instrumentos Financeiros, evidenciação), onde abrangeram todas as entidades visadas pela Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.786/2009. O período de análise foi de 2012 a 2015, e compararam a evolução do nível de divulgação de um biénio para outro, para uma amostra de 41 conglomerados financeiros.

Para tal, construíram um índice próprio, a partir de uma *checklist* com 121 quesitos elaborados a partir dos 35 itens (e dos seus desdobramentos) de divulgação obrigatória exigidos pela norma CPC 40 e que deviam constar nas demonstrações financeiras publicadas pelas referidas entidades financeiras. Usaram a análise de conteúdo para realizar a análise das demonstrações contabilísticas e para registar as divulgações adotaram uma escala dicotómica identificando se determinado quesito tinha sido ou não divulgado.

Nas análises dos registos do *checklist* comprovam que houve uma subtil queda no nível médio de divulgação bienal produzido pelas entidades financeiras da amostra, que recuou de 73,8% no biénio 2012/2013 (3.195 quesitos de 4.328 esperados), para 72,9% no biénio 2014/2015 (3.196 quesitos de 4.382 esperados), e que ainda estão muito aquém dos que a norma CPC 40 pretende e não satisfazem as partes interessadas. As entidades financeiras visadas pela norma CPC 40 não cumprem na íntegra as regras normativas, mostrando assim que o objetivo principal do estudo foi conseguido.

2.2 Divulgação sobre riscos não financeiros

No seu estudo Alves e Matias (2014), tentaram verificar qual a posição a nível da gestão do risco operacional das instituições financeiras portuguesas tendo por base os Acordos de Basileia, ou seja, se estavam de acordo com as recomendações de Basileia. Para tal, foram analisados indicadores chave da atividade nos relatórios e contas do ano 2010 dos 5 bancos portugueses com maior volume de ativos.

Os autores atestaram a existência de estruturas de gestão de risco operacional, os passos do processo de gestão de risco operacional, a identificação de métodos de cálculo dos requisitos de fundos próprios para a cobertura deste tipo de risco, a forma de definição dos *ratings* e respetivos responsáveis, e a perda total por tipo de risco operacional nessas entidades, e concluíram que a divulgação do risco operacional nos bancos da amostra é na generalidade identificada conforme previsto pelos Acordos de Basileia.

O estudo de Adelopo (2017) investiga a divulgação dos riscos não financeiros nos bancos que enfrentaram problemas financeiros no Reino Unido, durante o período de 1998 a 2008. O autor recorreu a análise de conteúdo histórico e prospetivo numa amostra de 4 grandes bancos afetados pela crise de 2008 no mercado financeiro Britânico. Para tal, utilizou com metodologia a regressão linear multivariada através do modelo dos efeitos aleatórios, após a realização do teste *Hausman* para confirmar a sustentabilidade do modelo mais indicado.

Este estudo é pioneiro uma vez que existe uma escassez de estudos empíricos sobre o conteúdo narrativo da divulgação de riscos nos relatórios anuais.

Os resultados obtidos mostram que há uma relação negativa significativa entre a extensão das divulgações narrativas históricas e o desempenho atual e futuro do banco, e uma relação positiva significativa entre as divulgações de risco narrativas prospetivas e o desempenho atual e futuro do banco.

Ellili e Nobanee (2017) analisaram a divulgação sobre risco corporativo numa amostra de bancos cotados nos mercados dos Estados Árabes Unidos, durante o período de 2003 a 2013, num total de 176 observações. Para o efeito usaram uma metodologia de análise de conteúdo dos relatórios anuais para medir o grau de divulgação, com tratamento de dados em painel. Recorrem à construção de um índice de divulgação e assumem que a divulgação sobre risco corporativo consiste na divulgação sobre risco estratégico, risco operacional, risco financeiro, risco de danos e gestão de risco, sendo construídos sub-índices para cada uma das categorias referidas.

Concluem por níveis de divulgação reduzidos, quer para o índice geral, quer para todos os sub-índices de divulgação considerados, sendo o risco financeiro aquele que apresenta níveis de divulgação mais elevados.

Melo e Leitão (2018), realizam a análise do cumprimento das exigências do Comitê de Supervisão Bancária da Basileia para a divulgação dos riscos operacionais. Assim, foi realizada

uma análise de conteúdo dos relatórios e contas do ano 2014 das instituições bancárias cotadas na Bolsa de valores de São Paulo (Brasil), segmentadas por grupos de bancos tradicionais e corporativos.

Apesar de existirem estudos sobre a divulgação dos riscos operacionais, os autores acreditam que o tema não está esgotado. Deste modo concluíram por um lado, que as entidades bancárias prestam informações sobre os riscos operacionais com a implementação do instrumento próprio de divulgação da gestão dos riscos, apresentando os bancos, em geral, boa aderência as normas do Comité de Basileia. Por outro lado, o teste de comparabilidade entre os grupos da amostra, revelou que as instituições bancárias cotadas no segmento do mercado corporativo não apresentam melhor desempenho relativo ao nível de divulgação do risco operacional do que os bancos que se enquadram no segmento do mercado tradicional.

2.3 Divulgação sobre riscos financeiros

Dantas, Rodrigues, Rodrigues e Capelletto (2010), realizaram um estudo cujo objetivo foi avaliar o nível de transparência do risco de crédito exercido pelas instituições financeiras brasileiras, tendo em atenção as divulgações qualitativas e quantitativas exigidas pelo Pilar III de Basileia II. Os autores construíram um índice de divulgação a partir dos 50 maiores bancos do sistema financeiro brasileiro no período de 2001 a 2008, e realizaram uma análise de conteúdo das informações financeiras trimestrais de cada banco.

No estudo foram realizados testes, a partir de um modelo de regressão linear múltipla construído para verificar as hipóteses que associavam o grau de transparência às características específicas julgadas importantes para explicar as eventuais diferenças de divulgação. Os testes, realizados com o uso da metodologia de dados em painel através do modelo de efeitos fixos e aleatórios, comprovaram as hipóteses de que a permanência do Acordo de Basileia II modificou o padrão de divulgação e que os bancos com maior volume de ativos, com maior nível de rentabilidade, menor imobilização e com ações cotadas na Bolsa apresentam maior grau de transparência sobre o risco de crédito.

Por outro lado, não conseguiram confirmar as hipóteses de que os bancos privados, com controlo de capital estrangeiro e com índice de Basileia mais elevado exibiriam grau de divulgação maior que os bancos públicos, com controlo de capital nacional e com menor índice de Basileia, respetivamente. Os testes mostraram que os níveis de divulgação apresentados por essas instituições não são significativamente diferentes entre si para explicar o comportamento da variável dependente.

Em Portugal, Oliveira, Rodrigues e Craig (2011) analisaram a informação divulgada por 190 instituições de crédito, registadas pelo Banco de Portugal. Usaram a metodologia de análise de conteúdo dos relatórios anuais, para quantificar a informação de carácter quantitativo e qualitativo, tendo em consideração as exigências de divulgação contidas nas normas do IASB e

no Terceiro Pilar do Acordo de Basileia II, considerando seis categorias a saber: objetivos e políticas de gestão de risco, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco operacional e estrutura e adequação de capital.

Os autores concluem que as entidades que adotam o normativo do IASB divulgam mais informação do que aquelas que adotam o normativo nacional. Contudo, a informação divulgada é muito escassa e aparece dispersa ao longo do relatório anual, não aumentando a transparência no setor financeiro.

El-Bannany (2015) analisou a informação divulgada sobre risco de crédito, pelos Bancos dos Estados Árabes Unidos durante o período de 2006-2009. Conclui, através de um modelo de regressão linear, que os níveis de divulgação estão associados à crise financeira global, à existência de acionistas estrangeiros, à idade do banco, ao investimento em sistemas de informação tecnológica, e a rentabilidade.

Petria, Capraru e Ihnatov (2015), avaliaram os principais determinantes da rentabilidade dos bancos na EU27 – Europa dos 27 membros, nos anos de 2004 a 2011 e dividiram esses fatores em dois grandes grupos: fatores específicos de bancos (internos) e específicos do setor e macroeconômicos (fatores externos). A amostra do estudo foi composta por 1098 bancos e a metodologia utilizada foi através da regressão multivariada com uso do teste *Hausman* para estimar o método apropriado para o modelo de efeitos fixos ou efeitos aleatórios.

Os autores concluíram que os resultados empíricos são consistentes com os resultados esperados. Assim, o risco de crédito e liquidez, a eficiência operativa, a diversificação de negócios, a concentração do setor / concorrência e o crescimento econômico medido pelo PIB, influenciam a rentabilidade dos bancos, tanto no ROA – *Return on Assets* (rendibilidade do ativo) quanto no ROE – *Return on Equity* (rendibilidade do capital). Um resultado interessante e valioso é o da influência positiva da concorrência na rentabilidade dos bancos na EU27. Isto valida o objetivo das integrações europeias para melhorar a concorrência do setor. Em linha com o impacto da concorrência nos lucros dos bancos, o tamanho dos bancos não é relevante no caso do ROE e tem um efeito pouco significativo no caso do ROA.

No seu estudo Amaral (2015) teve como objetivo principal analisar o nível de divulgação sobre os riscos financeiro, de acordo com os requisitos do Comité de Basileia e do IASB, das cinco maiores instituições financeiras a operar no setor bancário português no período de 2006 a 2012. O autor recorreu à metodologia de análise de conteúdo dos Relatórios e Contas Anuais Consolidados, tendo para tal construído um índice de divulgação de informação sobre os riscos financeiros e três sub-índices (risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez), o que permitiu medir a extensão de divulgação sobre os riscos em geral e em particular.

Tendo em atenção os objetivos enunciados, o autor concluiu através da análise descritiva que o nível de divulgação de informação praticado sobre os riscos financeiros é alto, atingindo em termos médios, 71,57%. Dos três tipos de risco que integram o risco financeiro, o risco de liquidez apresentou o maior índice de divulgação de informação, com 79,28%, seguido do índice de risco

de crédito, com 69,99%, e do índice de risco de mercado, com 68,44%. Em relação aos requisitos do Comité de Basileia e do IASB, o autor verificou que os bancos em análise se preocupam com as exigências dos reguladores, constatou que os valores médios para o índice de divulgação sobre os riscos financeiros é ligeiramente superior para as normas emanadas pelo IASB (72,86%) em contraste, com os princípios de gestão do CSBB (70,57%).

Na análise multivariada, a estimação do modelo, determinou como fatores explicativos do nível de divulgação, quando considerados em conjunto, a rentabilidade do ativo (ROA), a qualidade do crédito (QCRED), a liquidez (LIQ), a eficiência operativa (EFIOP) e a produtividade (PROD). Todos estes determinantes apresentam uma associação positiva com o nível de divulgação. Assim, é possível concluir que a rentabilidade, a qualidade do crédito, a liquidez, a eficiência operativa e a produtividade da instituição bancária são as variáveis com maior poder explicativo sobre o nível de divulgação sobre os riscos financeiros.

O estudo de Hirtle (2016) examina as divulgações do risco de mercado em atividades de negociação (trading) e de formação de mercado (grandes bancos). Para tal, foi construído um índice para uma amostra de 36 grandes *United States Bank Holding Companies* (BHCs) com atividades de negociação significativa nos anos de 1994 a 2012. O autor utilizou como metodologia a análise multivariada em dados de painel através do modelo dos efeitos fixos relacionando o nível de divulgação do risco de crédito com fatores determinantes como a dimensão, o capital, a concentração do setor, a participação da carteira, entre outros.

O autor constatou que os aumentos na divulgação estão associados a retornos futuros ajustados ao risco, tanto para atividades de negociação e para a empresa como um todo, sendo estes resultados economicamente significativos e estatisticamente significativos. Os resultados são ainda robustos para alternativas que incluem variáveis de controlo adicionais e não são impulsionados pela crise financeira de 2007 a 2009. O autor conclui que, a relação entre divulgação e desempenho ajustado ao risco parece ser significativamente mais fraca durante o período de crise.

O estudo desenvolvido por Aryani e Hussainey (2017), explica a extensão da divulgação de risco dos relatórios anuais dos bancos indonésios não cotados e investiga os fatores que levam estes bancos a divulgar informações de risco nos seus relatórios anuais.

O estudo foi elaborado a partir de uma amostra com 89 bancos Indonésios não cotados, foram analisados 269 conjuntos de dados no período de 2008 a 2012 e realizados testes através de regressões múltiplas e parciais.

Os resultados obtidos mostram que a divulgação de risco aumentou gradualmente, os ativos impulsionam positivamente o banco não cotado a relatar o seu risco, enquanto o ROE e a alavancagem têm associação negativa com a divulgação do risco. Por fim, alguns dos resultados contradizem as teorias de agência e de sinalização, o que significa que as teorias são inconclusivas para prever a direção da associação entre a divulgação do risco e características da empresa.

Elghaffar, Abotalib e Khalil (2019) analisaram o nível de divulgação sobre risco numa amostra de 28 bancos egípcios, durante o período de 2010 a 2017. Para o efeito, construíram um índice de divulgação, com seis categorias: risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, estrutura de capital e adequação ao risco, risco operacional, e outros riscos não financeiros. Usaram, como método de recolha de dados, a análise de conteúdo das demonstrações financeiras e respetivo anexo, do relatório e análises de gestão, *websites* e outra informação organizacional. Concluem por uma média de divulgação de cerca de 57%, na totalidade dos bancos estudados. Com recurso a um modelo de regressão linear concluem que os bancos com maior percentagem de diretores independentes, com Conselhos de Administração maiores, com maiores comités de auditoria, dualidade e com mais instituições na estrutura de capital e auditados por uma das Big4 têm maiores incentivos para aumentarem o nível de divulgarem sobre riscos. Por outro lado, o nível de endividamento, más notícias e a responsabilidade social dos bancos estão negativamente associados ao nível de divulgação.

3 ESTUDO EMPÍRICO

Este capítulo é dedicado ao estudo da divulgação sobre os riscos financeiros, sendo analisado o grau de cumprimento com os requisitos de divulgação contidos na IRFS 7 do IASB e nas recomendações emitidas pelo CSBB, bem como a sua evolução durante o período de 2013 a 2017. Serão também identificados os fatores determinantes do nível de divulgação sobre riscos financeiros.

3.1 Objetivos e Hipóteses de investigação

O principal objetivo deste trabalho é o de dar continuidade ao estudo de Amaral (2015), analisando as práticas de divulgação sobre riscos financeiros adotadas pelas entidades financeiras a operar em Portugal, verificando por um lado, o grau de cumprimento com as recomendações do CSBB e com as Normas do IASB e por outro lado, a identificação dos fatores determinantes do nível de divulgação sobre riscos financeiros.

3.1.1 Objetivos do estudo

Face ao exposto, pretende-se analisar a informação sobre riscos financeiros que é divulgada pelos 7 maiores grupos bancários a operar em Portugal nos seus relatórios e contas consolidados, tendo em consideração as recomendações emitidas pelo CSBB e as exigências de divulgação contidas na NIRF 7, sobre instrumentos financeiros, no período de 2013 a 2017.

Por outro lado, a evidência empírica terá como finalidade caraterizar as entidades mais divulgadoras de informação sobre riscos financeiros, identificando os fatores explicativos do nível de divulgação.

3.1.2 Hipóteses de Investigação

Para fazer face aos objetivos propostos, pretende-se, numa primeira fase de investigação, testar a seguinte hipótese de investigação:

- ✓ **H_1** — A extensão de divulgação de informação sobre o índice de riscos financeiros nos principais bancos a operar em Portugal, no que concerne às recomendações do CSBB e da NIRF 7, evoluiu positivamente com o decorrer do tempo.

Tendo em consideração o incremento nas exigências de divulgação sobre riscos e a pressão exercida sobre as entidades financeiras para que aumentem a qualidade da divulgação, espera-se que as entidades bancárias em Portugal tenham aumentado o seu nível de divulgação face aos resultados obtidos por Amaral (2015).

Para dar seguimento a este objetivo, foi formulado um índice de riscos financeiros (IRF), tendo sido considerado um procedimento similar aos estudos realizados por Pinto e Lemos (2013), Amaral (2015), Amaral e Lemos (2015). Para tal, foram calculados sub-índices de divulgação, como o índice de risco de crédito (IRC), o índice de risco de mercado (IRM) e o índice de risco de liquidez (IRL), permitindo que a soma algébrica dos três sub-índices determinem o índice de risco financeiro (IRF).

O índice de risco financeiro é composto da seguinte forma:

IRF= IRC+IRM+IRL

Numa segunda fase de investigação pretende-se analisar os determinantes de divulgação sobre os riscos financeiros e testar a seguinte hipótese:

- ✓ **H_2 —** O índice de riscos financeiros é determinado por aspetos intrínsecos às instituições bancárias, tais como: dimensão do banco, rendibilidade, qualidade do crédito, solidez da instituição, sua liquidez, eficiência operacional e produtividade bancária.

Assim, tendo em consideração que o nível de divulgação praticado pelas instituições bancárias pode ser afetado pelas suas características particulares, e uma vez que o principal objetivo deste trabalho é dar continuidade ao estudo de Amaral (2015), utilizam-se as mesmas variáveis independentes e formulam-se as seguintes hipóteses de investigação:

3.1.2.1 Dimensão

Os autores Bhasin *et al.* (2012) constataram que a maioria dos investigadores identificam o tamanho de um banco como sendo uma variável explicativa importante na divulgação de informação.

No seu estudo, Aryani e Hussainey (2017), concluíram que a dimensão de um banco afeta significativamente a divulgação de informação sobre riscos e os seus resultados estão de acordo com as teorias de agência e de sinalização.

Estudos prévios, realizados por diferentes autores em contextos distintos concluíram que existe uma relação positiva entre a divulgação de informação sobre riscos e a dimensão do banco (Bhasin *et al*., 2012; Akin e Yilmaz, 2016; Bischof *et al*., 2016 e Costa, *et al*., 2017).

Em contraste, Amaral (2015) conclui que não é possível afirmar que instituições bancárias de maior dimensão apresentem mais divulgação sobre os riscos financeiros.

A dimensão ou tamanho é a variável mais utilizada nos estudos sobre os determinantes da divulgação, podendo ser medida através de variáveis como: o número de trabalhadores, o

volume de negócios (carteira de empréstimos e depósitos), o valor do ativo líquido total, o valor do capital próprio ou pelo valor de capitalização das ações no mercado da instituição, ou ainda pelo número de países onde se localizam as subsidiárias e associadas dos bancos. No presente estudo, optou-se pela conjugação de duas medidas: o valor do ativo líquido total e o número de colaboradores para cada período. Autores como, Bhasin *et al.* (2012), Bonfim e Kim (2012), Pinto e Lemos (2013), Amaral (2015), Amaral e Lemos (2015), Terraza (2015), Petria *et al.* (2015), Milan e Quadros (2016), Bischof et al. (2016), Akin e Yilmaz (2016), Hirtle (2016), Adelopo (2017), Aryani e Hussainey (2017), Costa *et al*. (2017) e Ellili e Nobanee (2017) utilizaram a variável do total do ativo da entidade, quer em termos líquidos, médios ou até específicos (por segmentos e outros).

Tendo em consideração o estudo de Amaral (2015) e a amostra do presente estudo incidir sobre os sete maiores grupos bancários a operar em Portugal, é formulada a seguinte hipótese a ser testada:

- ✓ **$H_{2.1}$:** Bancos de maior dimensão divulgam menos informação sobre os riscos financeiros.

3.1.2.2 Rendibilidade

O nível de divulgação praticado por uma instituição bancária poderá ser influenciado pela sua rendibilidade.

Autores como Lemos *et al.* (2012), Pinto e Lemos (2013), Lipunga (2014) e Adelopo (2017) adotaram como variável métrica para analisar a associação da variável na divulgação dos riscos a ROA – *Return on Assets*, e concluíram que os níveis de rendibilidade dos bancos não têm impacto sobre o grau de divulgação dos riscos financeiros.

Contudo, estes resultados acabam por não serem coincidentes com o estudo de Dantas *et al*. (2010), Dhar (2014), Akin e Yilmaz (2016), e Bischof *et al.* (2016) e Rafidi *et al.* (2016) que concluíram que os bancos com maior rendibilidade apresentam maior nível de divulgação sobre os riscos.

Todavia, Farias, Ponte, Oliveira e De Luca (2014), El-Bannany (2015) e Aryani e Hussainey (2017) concluíram pela existência de uma associação negativa entre o nível de divulgação sobre risco de crédito e a rendibilidade (medida através da ROE).

Por fim, o estudo de Amaral (2015), demonstrou a existência de uma associação positiva para a variável ROA, revelando que os bancos em função do seu rácio de rendibilidade praticam uma maior divulgação dos riscos financeiros.

Assim, resulta a seguinte hipótese a ser testada:

- ✓ **$H_{2.2}$:** O índice de divulgação sobre riscos financeiros é mais elevado nos bancos com maiores níveis de rendibilidade.

No presente estudo, como variáveis independentes para medir a rendibilidade dos bancos em análise, optou-se pela rendibilidade do ativo (ROA) e pela rendibilidade do capital próprio (ROE), tal como adotado pelos autores, Bonfim e Kim (2012), Pinto e Lemos (2013), Amaral (2015), Amaral e Lemos (2015), Petria *et al*. (2015), El-Bannany (2015), Costa *et al*. (2017) e Passos *et al.* (2017).

3.1.2.3 Qualidade do Crédito

A variável qualidade do crédito pretende refletir a qualidade da carteira de crédito concedido por um banco. Espera-se que uma instituição bancária com melhor qualidade do crédito tenha uma maior necessidade de divulgação de informação em matéria dos riscos financeiros.

Amaral (2015) utilizou como indicador da qualidade de crédito o rácio crédito vencido medido pela relação entre o valor do crédito em atraso e o total do crédito concedido e conclui que, os bancos com melhor qualidade na sua carteira de crédito evidenciam um maior grau de divulgação dos riscos financeiros.

Para Rahman *et al.* (2013) a existência de melhor qualidade do crédito permite também que as agências de *rating* de crédito, tais como a *Standard and Poor´s (*S&P´s), *Moody´s Investors Service*, ou a *Fitch Inc*., disponibilizem informações qualitativas sobre as carteiras de crédito dos bancos.

Portanto, partindo da premissa que uma melhor qualidade do crédito deve ser revelada por parte dos bancos, é formulada a seguinte hipótese a ser testada:

- ✓ **$H_{2.3}$**: Bancos com melhor rácio de qualidade de crédito divulgam mais informação sobre riscos financeiros.

Para analisar a qualidade da carteira de crédito utilizou-se no presente estudo o indicador do crédito vencido, permitindo assim verificar qual o peso entre o valor de crédito em mora que cada banco tem no período em análise em relação ao total do crédito concedido. Quanto maior a taxa deste indicador, menor é a qualidade do crédito e vice-versa. Autores como, Farias *et al*. (2014), Amaral (2015), Amaral e Lemos (2015) utilizaram a variável da qualidade dos ativos relativos aos empréstimos concedidos, e concluíram que este fator interno é um dos que mais influencia a divulgação dos bancos.

3.1.2.4 Solvabilidade

A variável solvabilidade pretende avaliar a robustez de uma instituição bancária e a sua influência no nível de divulgação sobre os riscos financeiros.

Não existe grande consenso nos estudos quanto à relação quanto à relação existente entre a solidez dos bancos e a divulgação de informação sobre os riscos, sendo que os estudos de

Dantas *et al*. (2010) e Pinto e Lemos (2013) concluíram pela inexistência de associação. Por sua vez, Amaral (2015) e Hirtle (2016), confirmaram a existência de uma relação negativa, ou seja, as instituições bancárias com melhores rácios de solvabilidade não praticam uma maior divulgação dos riscos. Os estudos de Cucinelli (2013), Petria *et al.* (2015), Akin e Yilmaz (2016), Bischof et al (2016) e Adelopo (2017) apontam em sentido contrário, confirmando a existência de uma correlação positiva.

Deste modo, tendo por base o estudo de Amaral (2015) e a presente amostra das entidades bancárias em análise, resulta a seguinte hipótese a ser testada:

- ✓ **$H_{2.4}$**: Bancos com melhor solvabilidade apresentam menor nível de divulgação sobre os riscos financeiros.

Relativamente à solidez dos bancos, salienta-se no presente estudo a importância dos rácios de capital, nomeadamente do rácio de solvabilidade *Tier* 1, que reflete a obrigatoriedade de um banco manter determinados valores de capital, chamado de capital principal (*core*) para fazer face às perdas inesperadas. Este rácio é medido pela relação entre o capital *Tier* 1 e os ativos ponderados pelo risco da entidade bancária e quanto mais elevado for este rácio, melhor, demonstrando maior capacidade para os bancos cobrirem as perdas dos seus ativos. Atendendo à importância e impacto deste indicador na atividade bancária, o mesmo tem sido realçado pela generalidade dos autores (Pinto e Lemos, 2013; Farias *et al*., 2014; Amaral, 2015; Amaral e Lemos, 2015; Terraza, 2015).

3.1.2.5 Liquidez

Estando a liquidez relacionada com a capacidade de uma instituição bancária honrar os seus compromissos perante os capitais dos depositantes, será expectável que o nível de liquidez de cada instituição bancária tenha efeitos sobre a exposição aos riscos financeiros. (Amaral, 2015)

Marshal e Weetman (2007) tendo por base a teoria da sinalização, sugerem que as entidades com elevada liquidez divulgam mais informação e demonstram melhores sinais que as entidades com reduzida liquidez. Na mesma linha de pensamento e à luz da teoria da agência, Jensen e Meckling (1976) sugerem a existência de uma relação elevada entre o nível de liquidez e o nível de divulgação. Para estes autores, os bancos estão pressionados pelos seus depositantes para que forneçam informação mais detalhada sobre o seu negócio.

Assim, procura-se no presente estudo analisar empiricamente a relação existente entre a liquidez dos bancos, através do rácio de liquidez (transformação dos recursos em crédito) e a divulgação da informação sobre os riscos financeiros, resultando a seguinte hipótese a ser testada:

- ✓ **$H_{2.5}$**: Bancos com melhor liquidez apresentam maior nível de divulgação sobre riscos financeiros.

Foi adotado o indicador de transformação dos recursos de clientes em crédito concedido, tal como os estudos realizados pelos autores Farias *et al*. (2014), Amaral (2015), Amaral e Lemos (2015), Terraza (2015) Petria *et al. (*2015) e Aryani e Hussainey (2017).

3.1.2.6 Eficiência Operativa

A eficiência operativa de uma entidade bancária, constitui a racionalização dos gastos de estrutura de um banco em função da percentagem do produto bancário (rendimentos do negócio bancário).

De acordo com Amaral (2015) a relação desta variável com a divulgação de informação sobre os riscos pode ser justificada através de uma melhor racionalização da estrutura organizacional, pois bancos com uma gestão mais qualificada terão gastos operacionais mais reduzidos e, deste modo, podem ser comparados no setor, permitindo ter efeitos na cotação de mercado, no desempenho e na redução do risco.

No estudo da autora Silva (2012) sobre o grau de divulgação dos ativos intangíveis, foi obtida a evidenciação empírica de uma relação mista (positiva e negativa) entre a eficiência operativa e o nível de divulgação de informação.

Como esta variável está associada a um indicador de desempenho (quer pela redução de gastos, quer pelo aumento do produto bancário), é formulada a seguinte hipótese a ser testada:

- ✓ **$H_{2.6}$:** Bancos com melhor rácio de eficiência divulgam mais informação sobre os riscos financeiros.

A medida de eficiência operativa (*cost-to-income*) é a relação entre os gastos operacionais (gastos administrativos + gastos com o pessoal + amortizações e depreciações do exercício) e o produto bancário (rendimentos da atividade). Este permite evidenciar a capacidade que o banco tem para gerar rendimentos em função dos gastos operacionais. Quanto mais baixo este indicador, melhor eficiência e racionalização dos gastos operacionais das empresas bancárias para cada período. Autores como Bonfim e Kim (2012), Farias *et al*. (2014), Amaral (2015), Amaral e Lemos (2015) e Petria *et al.* (2015) utilizaram nos seus estudos a variável interna da eficiência operativa na gestão dos gastos dos bancos.

3.1.2.7 Produtividade

Segundo o estudo de Amaral (2015) e Amaral e Lemos (2015), o nível de divulgação praticado por uma instituição bancária poderá ser influenciado pela sua produtividade.

Morris (1987), baseado na teoria de sinalização, afirma que as empresas de maior qualidade tenderão a optar por políticas de divulgação que lhes permitam revelar a sua qualidade superior, enquanto as empresas de menor qualidade tenderão a esconder a sua qualidade inferior.

O facto de um colaborador gerar um elevado rendimento da atividade bancária deve-se refletir em um maior grau de divulgação de informação sobre os riscos. (Amaral, 2015) Deste entendimento, resulta a seguinte hipótese a ser testada:

- ✓ **$H_{2.7}$:** Bancos com melhor produtividade divulgam mais informação sobre riscos financeiros.

A variável produtividade no presente estudo é traduzida pelo indicador de gestão designado produtividade da atividade bancária. Este indicador pretende refletir a relação entre o produto bancário e o número de colaboradores de cada instituição bancária pertencente à amostra apresentada em cada período objeto de análise.

3.2 Metodologia de Investigação

Para testar as hipóteses anteriormente formuladas foi adotada a metodologia de análise documental, através da recolha de dados da informação financeira nos Relatórios e Contas Anuais Consolidados dos bancos da amostra para o período de 2013 a 2017.

Para tratamento dos dados recolhidos, adotou-se uma técnica de codificação da informação recolhida, de modo a permitir calcular os sub-índices de divulgação dos riscos (crédito, mercado e liquidez), cujo somatório resulta no índice total dos riscos financeiros para cada instituição da amostra.

Posteriormente, para tratamento estatístico dos dados, foi utilizada a ferramenta informática (STATA - *Statistics Data Analysis*) – versão 13.1, tendo sido realizados os testes de pressupostos e aplicada a técnica de dados em painel.

3.2.1 Definição e caracterização da amostra

O universo do sistema financeiro português é constituído pelas instituições financeiras. De acordo com o Banco de Portugal (BdP) (2011) o setor bancário português apresenta uma elevada concentração de capital financeiro num número reduzido de instituições (Tabela 3).

Tabela 3 – Amostra em estudo

Bancos		31.12.2017 Ativo Total Líquido	
		Valor	%
1. CGD	Caixa Geral de Depósitos	93 248	24,5
2. MBCP	Millennium Banco Comercial Português	71 939	18,9
3. BST	Banco Santander Totta	53 159	13,9
4. NB	Novo Banco	52 055	13,7
5. BPI	Banco Português de Investimento	29 640	7,8
6. MG	Montepio Geral	20 200	5,3
7. CA	Crédito Agrícola	17 988	4,7
8. OIC	Outros Bancos	43 044	11,3
TOTAL - BANCA		**381 273**	**100,0**
Amostra - 7 maiores grupos bancários		**338 229**	**88,7**

Fonte: Banco de Portugal - BPstat séries cronológicas, consulta em 26.04.2018 e Relatório e Contas do ano 2017 das entidades bancárias da amostra.

Da análise individual das instituições bancárias a operar no sistema financeiro português, a definição da amostra recaiu sobre as contas consolidadas dos grupos bancários a 31 de dezembro de 2017. Deste modo, foi selecionada uma amostra constituída pelos sete bancos portugueses (grupos bancários) com maior volume dos ativos líquidos totais.

O critério adotado justifica-se pelo facto de se acreditar que os maiores bancos deverão ser aqueles que estarão numa fase mais avançada do processo de divulgação de informação sobre a gestão dos riscos financeiros. Assim, a amostra resultou no seguinte:

Tabela 4 – Caraterização da amostra e das principais rubricas de Balanço a 31.12.2017

valores em milhões de euros, salvo quando expressamente indicado

Bancos	Ativo Total		Empréstimos a Clientes		Depósitos de Clientes		Capital Próprio		Resultado Líquido	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
CGD	93 248	24,5	59 811	23,8	63 631	25,5	8 274	22,9	52	27,5
MBCP	71 939	18,9	50 955	20,3	51 188	20,5	7 180	19,9	186	98,4
BST	53 159	13,9	41 387	16,5	31 458	12,6	4 032	11,2	436	230,7
NB	52 055	13,7	31 422	12,5	30 208	12,1	4 832	13,4	-1 395	-738,1
BPI	29 640	7,8	22 244	8,9	20 784	8,3	2 824	7,8	10	5,3
MG	20 200	5,3	14 063	5,6	12 561	5,0	1 763	4,9	6	3,2
CA	17 988	4,7	9 373	3,7	12 596	5,0	1 449	4,0	152	80,4
TOTAL	**338 229**		**229 255**		**222 426**		**30 354**		**-553**	
Sistema Bancário	**381 273**		**250 864**		**249 692**		**36 130**		**-189**	
%	**88,7**		**91,4**		**89,1**		**84,0**		**292,6**	

Fonte: Banco de Portugal - BPstat séries cronológicas, consulta em 26.04.2018 e Relatório e Contas do ano 2017 das entidades bancárias da amostra.

De acordo com a Tabela 4, os sete maiores grupos bancários a operar em Portugal apresentam um volume de ativos líquidos consolidados, à data de 31 de dezembro de 2017, que ascendem a 338,2 mil milhões de euros, representando 88,7% de todo o ativo líquido agregado no sistema bancário português. Por sua vez, os mesmos bancos representam 91,4% de todo o crédito concedido a clientes no sistema bancário português, mais de 229 mil milhões, bem como representam 89,1% de todos os depósitos de clientes junto do sistema bancário, cujo montante ascende a 222,4 mil milhões.

3.2.2 Definição das Variáveis

Para determinar a variável dependente, correspondente ao índice de divulgação dos riscos financeiros, foram inicialmente construídos sub-índices de divulgação como o índice de risco de crédito, o índice de risco de mercado e o índice de risco de liquidez. Em relação às variáveis independentes, foram definidos nove indicadores ou rácios da atividade bancária, que identificam sete fatores determinantes.

3.2.2.1 Variáveis dependentes

Uma vez que neste estudo vamos dar continuidade ao estudo de Amaral (2015) os índices de divulgação (incluídos no anexo) que compõem as variáveis dependentes do estudo também tiveram por base as exigências de divulgação da NIRF 7 do IASB e as recomendações previstas pelo CSBB, tendo sido agrupados em função de cada risco financeiro (risco de crédito de acordo com o anexo I e II, risco de mercado de acordo com o anexo III e IV e risco de liquidez de acordo com o anexo V e VI) para que fosse possível avaliar o grau de divulgação sobre os riscos financeiros exercido por cada instituição bancária em análise.

Como anteriormente referido, a construção da listagem de itens de divulgação, teve por base os estudos realizados por Pinto e Lemos (2013) Amaral (2015) e Amaral e Lemos (2015).

Deste modo, tendo em consideração os sub-índices de divulgação construídos identificaram-se três variáveis dependentes:

— O índice de risco de crédito (IRC);

— O índice de risco de mercado (IRM); e

— O índice de risco de liquidez (IRL).

A soma das três variáveis dependentes permitiu determinar uma quarta variável dependente, designada por índice de riscos financeiros (IRF), conforme se depreende na tabela 5.

Tabela 5 – Índice de divulgação de Riscos Financeiros

IRC - Índice de Risco de Crédito	
Recomendações do CSBB	**Exigências da NIRF 7**
Índice de divulgação de 32 *itens*, construído com base nas recomendações de divulgação do CSBB. O índice de divulgação para cada verificação é resultado da equação: ∑ *itens* divulgados (1) / 32	Índice de divulgação de 20 *itens*, construído com base nas exigências de divulgação da NIRF 7. O índice de divulgação para cada verificação é resultado da equação: ∑ *itens* divulgados (1) / 20
IRC $=\sum_{j=1}^{e} ej/e$ ej = Banco j em análise. Somatório da pontuação das divulgações do CSBB e da NIRF 7. e = Número máximo de elementos de risco de crédito divulgados: ∑ *itens* divulgados (1) / 52.	
IRM - Índice de Risco de Mercado	
Recomendações do CSBB	**Exigências da NIRF 7**
Índice de divulgação de 12 *itens*, construído com base nas recomendações de divulgação do CSBB. O índice de divulgação para cada verificação é resultado da equação: ∑ *itens* divulgados (1) / 12	Índice de divulgação de 11 *itens*, construído com base nas exigências de divulgação da NIRF 7. O índice de divulgação para cada verificação é resultado da equação: ∑ *itens* divulgados (1) / 11
IRM $=\sum_{j=1}^{e} ej/e$ ej = Banco j em análise. Somatório da pontuação das divulgações do CSBB e da NIRF 7. e = Número máximo de elementos de risco de mercado divulgados: ∑ *itens* divulgados (1) / 23.	
IRL - Índice de Risco de Liquidez	
Recomendações do CSBB	**Exigências da NIRF 7**
Índice de divulgação de 9 *itens*, construído com base nas recomendações de divulgação do CSBB. O índice de divulgação para cada verificação é resultado da equação: ∑ *itens* divulgados (1) / 9	Índice de divulgação de 11 *itens*, construído com base nas exigências de divulgação da NIRF 7. O índice de divulgação para cada verificação é resultado da equação: ∑ *itens* divulgados (1) / 11
IRL $=\sum_{j=1}^{e} ej/e$ ej = Banco j em análise. Somatório da pontuação das divulgações do CSBB e da NIRF 7. e = Número máximo de elementos de risco de liquidez divulgados: ∑ *itens* divulgados (1) / 20.	
Índice de Riscos Financeiros **IRF = IRC + IRM + IRL** Somatório da pontuação das divulgações do CSBB e da NIRF 7. Número máximo de elementos de riscos financeiros divulgados: ∑ *itens* divulgados (1) / 95.	

Fonte: Amaral (2015).

3.2.2.2 Variáveis Independentes

Tendo por base os resultados obtidos em estudos similares que também procuraram identificar os fatores determinantes da divulgação de informação sobre os riscos financeiros (Pinto e Lemos, 2013; Dhar, 2014, Amaral, 2015; Amaral e Lemos, 2015), as variáveis independentes que foram selecionadas são as que se julgam influenciar as variáveis dependentes.

As variáveis independentes utilizadas neste estudo são principalmente indicadores e rácios, que estão diretamente relacionados com a atividade do setor bancário (fatores internos) e que mostram um conjunto de nove variáveis que identificam os seguintes sete fatores determinantes (*cfr.* tabela 6):

Tabela 6 – Variáveis independentes em estudo

Variável Independente		Forma de Determinação
Solvabilidade	SOLV	Rácio de Solvabilidade – Tier 1 = Capital Tier 1 / Ativos Ponderados pelo Risco
Qualidade do Crédito	QCRED	Rácio de Crédito Vencido = Crédito Vencido / Crédito a Clientes Bruto
Rendibilidade	ROA ROE	Rácio de ROA (*Return on Assets*) = Resultado Líquido / Ativo Líquido Rácio de ROE = (*Return on Equity*) = Resultado Líquido / Capital Próprio
Produtividade	PROD	Rácio de Produtividade da Atividade = Produto Bancário / Número de Colaboradores
Liquidez	LIQ	Rácio de Transformação = Crédito a Clientes Líquido / Depósitos de Clientes
Eficiência Operativa	EFIOP	Rácio de Eficiência (*cost-to-income*) = Gastos de Estrutura / Produto Bancário
Dimensão	LOGAT LOGCO	LOGAT (natural) = Logaritmo do Valor do Ativo Líquido LOGCO = Logaritmo do Número de Colaboradores

Fonte: Amaral (2015)

3.2.3 Especificação do Modelo

Na estimação econométrica do modelo utiliza-se a técnica *Panel Data* (*Stata 13.1*) que combina dados *cross-section* (bancos) e *time-series* (anos).

Assim, como forma de modelar a relação funcional entre as variáveis, procedeu-se à utilização de modelos de regressão linear múltipla, através do modelo de dados em painel, tendo sido aplicado o teste de *Hausman*, com a finalidade de aferir se este modelo se melhor se ajusta aos efeitos fixos ou aos efeitos aleatórios.

Deste modo, para responder às hipóteses anteriormente formuladas, desenvolveram-se os seguintes modelos de regressão linear múltipla (*cfr.* tabela 7):

Tabela 7 – Modelo de regressão linear múltipla

IRCit = β0 + β1LOGATit + β2LOGCOit + β3ROAit + β4ROEit + β5QCREDit + β6SOLVit + β7LIQit + β8EFIOPit + β9PRODit + εit
IRMit = β0 + β1LOGATit + β2LOGCOit + β3ROAit + β4ROEit + β5QCREDit + β6SOLVit + β7LIQit + β8EFIOPit + β9PRODit + εit
IRLit = β0 + β1LOGATit + β2LOGCOit + β3ROAit + β4ROEit + β5QCREDit + β6SOLVit + β7LIQit + β8EFIOPit + β9PRODit + εit
IRFit = β0 + β1LOGATit + β2LOGCOit + β3ROAit + β4ROEit + β5QCREDit + β6SOLVit + β7LIQit + β8EFIOPit + β9PRODit + εit
Onde, — **IRCit** representa o índice de divulgação de informação sobre o risco de crédito da instituição *i* no momento *t*; — **IRMit** representa o índice de divulgação de informação sobre o risco de mercado da — instituição *i* no momento *t*; — **IRLit** representa o índice de divulgação de informação sobre o risco de liquidez da instituição *i* no momento *t*; — **IRFit** representa o índice de divulgação de informação sobre o risco financeiro da instituição *i* no momento *t*; **LIQit** representa o indicador de liquidez bancária (transformação dos recursos de clientes em crédito concedido) da instituição *i* no momento *t*; — **SOLVit** representa o rácio de solvabilidade da instituição *i* no momento *t*; — **QCREDit** representa o rácio de risco de crédito da instituição *i* no momento *t*; — **ROAit** representa o rácio de rendibilidade do ativo da instituição *i* no momento *t*; — **ROEit** representa o rácio de rendibilidade do capital próprio da instituição *i* no momento *t*; — **PRODit** representa o rácio de produtividade da instituição *i* no momento *t*; — **EFIOPit** representa o rácio *cost-to-income* da instituição *i* no momento *t*; — **LOGATit** representa o logaritmo do ativo líquido da instituição *i* no momento *t*; — **LOGCOit** representa o logaritmo do número de colaboradores da instituição *i* no momento *t*; — **β0** é o termo constante; — **εit** é o termo de erro estatístico da instituição *i* no momento *t*.

Fonte: Amaral (2015)

A tabela 8 apresenta os sinais esperados para as variáveis independentes conforme os resultados obtidos por Amaral (2015), o sinal (-) corresponde a um efeito negativo e o sinal (+) corresponde a um impacto positivo na divulgação dos riscos financeiros.

Tabela 8 – Sinal esperado dos indicadores na divulgação dos riscos financeiros

Indicadores	Sinal Esperado
Dimensão:	
➢ Volume de ativos	-
➢ Número de colaboradores	-
Rendibilidade:	
➢ Rendibilidade do ativo	+
➢ Rendibilidade do capital próprio	+
Qualidade de Crédito:	
➢ Rácio de crédito vencido	+
Solvabilidade:	
➢ Rácio de capital *Tier* 1	-
Liquidez:	
➢ Rácio de transformação dos recursos em crédito	+
Eficiência Operativa:	
➢ Rácio "*cost to income*"	+
Produtividade:	
➢ Produtividade da atividade bancária	+

Fonte: Elaboração própria

3.3 Análise e Discussão dos Resultados

Neste ponto, pretende-se analisar, numa primeira fase, a evolução e comportamento do índice de divulgação financeiro dos principais bancos a operar no sistema bancário português. Para tal, foi analisado o período de 2013 a 2017.de modo a dar continuidade ao estudo realizado por Amaral (2015), no qual o período de análise tinha incidido sobre o período de 2006 a 2012.

Numa segunda fase, o presente estudo pretende identificar quais os fatores determinantes que influenciam o nível de divulgação dos riscos financeiros, bem como comparar os resultados obtidos com os resultados obtidos por Amaral (2015).

Assim, e de modo a responder às hipóteses de investigação anteriormente formuladas, em primeiro lugar, procedeu-se à recolha dos dados, durante o período de 2013 a 2017, para os sete maiores bancos a operar em Portugal e foi analisada a evolução da divulgação dos riscos financeiros. Posteriormente, e de forma a permitir inferir o efeito das variáveis independentes, consideradas conjuntamente, sobre a variável dependente, foi realizada uma análise multivariada, através do tratamento de dados em painel.

3.3.1 Análise descritiva

A estatística descritiva possibilita a análise de cada variável isoladamente. Sendo assim, realizou-se uma análise estatística às variáveis dependentes e independentes do estudo.

Na tabela 9, a seguir, são apresentadas algumas medidas estatísticas em relação às variáveis independentes.

Tabela 9 – Análise Estatística das variáveis independentes

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
LOGAT	35	10.61429	.3273268	9.6	11.1
LOGCO	35	3.868571	.2470668	3.6	4.3
ROA	35	-.1714286	.8890085	-1.9	1.2
ROE	35	-3.168571	11.94772	-32.0	15.1
QCRED	35	7.131429	3.536597	2.5	17.6
SOLV	35	12.27714	2.137492	7.0	16.5
LIQ	35	100.0857	16.96533	67.9	126.2
EFIOP	35	62.04571	16.14889	32.6	106.0
PROD	35	139.3375	44.07083	79.079	299.457

Fonte: Elaboração própria

Da tabela 9, consegue-se tirar algumas informações que são importantes:

As variáveis LOGAT e a LOGCO apresentam os menores intervalos de variação nos valores máximos e mínimos, apresentando assim um desvio-padrão baixo, ou seja, indicadores muitos próximos da média geral.

Em contrapartida, a variável PROD é a que apresenta o maior intervalo entre o mínimo e o máximo, originando também o maior valor do desvio padrão 44,07%.

Ao nível da rendibilidade nota-se uma semelhança entre todas as 7 instituições bancárias, uma vez que os valores do ROA variam entre o mínimo de -1.9% (do NB, em 2016) e o máximo de 1.2% (do BST em 2015), sendo o valor médio do ROA de -0.17%.

Em relação ao ROE, os valores apresentam um maior intervalo de variação, desde os -32% (da CGD em 2016) e os 15,1% (do BST, em 2015), sendo o seu valor médio de -3,17%.

No que se refere à qualidade de crédito (QCRED) os dados das instituições variam entre o mínimo de 2,5% (do BPI em 2017) e o máximo de 17,6% (do NB em 2016), atingindo um valor médio de 7,14%.

Em termos de solvabilidade (SOLV), os valores variam entre o mínimo de 7% (da CGD em 2016) e os 16,5% (do BPI em 2013), tendo um valor médio de 12,28%.

Em relação à Liquidez (LIQ), os valores variam entre o mínimo de 67,9% (do CA em 2016) e o máximo de 126,2% (do BST em 2013).

As varáveis independentes, eficiência operativa (EFIOP) e produtividade (PROD), ao longo do tempo da análise são as que apresentam as maiores divergências. Em relação à EFIOP, verifica-se um valor mínimo de 32,6% (do NB em 2017) e os 106% (do BPI em 2017). Quanto à PROD, é a variável que apresenta o maior intervalo de variação, desde os 79.079 euros (do CA em 2016) e os 299.457 euros (do NB em 2017). Os valores médios em termos de eficiência operativa e produtividade atingem 62,05% e os 139.338 euros, respetivamente.

Para cada variável dependente, pode- se ver na tabela 10, algumas medidas estatísticas das 35 observações possíveis para os valores da média, desvio-padrão, mínimo e máximo.

Tabela 10 – Análise Estatística das variáveis dependentes

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
IRF	35	71.92571	10.31556	47.4	83.2
IRC	35	70.99429	12.61096	38.5	84.6
IRM	35	65.97143	7.934903	52.2	91.3
IRL	35	81.14286	11.12005	65.0	95.0

Fonte: Elaboração própria

A tabela 10 apresenta um número total de 35 observações para cada variável dependente, sendo de salientar que, no período em análise, em média, as instituições bancárias analisadas divulgam em matérias sobres riscos o seguinte: sobre

risco de crédito (IRC), cerca de 70,99%; sobre

risco de mercado (IRM), cerca de 65,97%; e sobre

risco de liquidez (IRL), cerca de 81,14%.

Comparando estes resultados com os obtidos por Amaral (2015), podemos concluir que o nível de divulgação dos riscos de crédito e de liquidez neste estudo tiveram um ligeiro aumento, ou seja, de 69,99% para 70,99% no caso do risco de crédito e de 79,28% para 81,14% no caso do risco liquidez. Em contrapartida o nível de divulgação do risco de mercado teve uma ligeira diminuição, passou de 68,44% para 65,97%.

No geral, o nível de divulgação de informação sobre os riscos financeiros (IRF), das instituições financeiras analisadas foi, em média, de 71,93%, apresentando um nível de divulgação elevado, tal como Amaral (2015) também obteve nos seus resultados de 71,6%.

Com base nos dados trabalhados, apresenta-se de seguida, na tabela 11 a evolução do comportamento da divulgação dos riscos financeiros dos bancos da amostra, tendo em consideração as exigências e requisitos emanados pelos reguladores do setor (recomendações do CSBB e normas do IASB).

Tabela 11 – Nível de divulgação dos riscos por tipo de regulador

Por tipo de Regulador	N.º Bancos	Anos da Amostra					Média (5 anos)
		2013	2014	2015	2016	2017	
CSBB							
Índice Risco de Crédito	7	66,1	69,2	69,6	71,4	71,0	69,5
Índice Risco de Mercado	7	63,1	59,5	60,7	60,7	60,7	60,9
Índice Risco de Liquidez	7	82,6	84,1	87,3	87,3	85,7	85,4
Índice Riscos Financeiros	7	68,2	69,5	70,6	71,7	71,1	70,2
IASB							
Índice Risco de Crédito	7	67,9	72,9	75,7	77,1	73,6	73,4
Índice Risco de Mercado	7	71,4	71,4	71,4	71,4	71,4	71,4
Índice Risco de Liquidez	7	75,3	74,0	77,9	80,5	80,5	77,6
Índice Riscos Financeiros	7	70,7	72,8	75,1	76,5	74,8	74,0

Fonte: Elaboração própria.

Tendo em consideração o conjunto de observações que contemplam, tanto os dados relativos às recomendações do CSBB como às normas do IASB, constata-se que houve um ligeiro aumento no nível de divulgação dos riscos, com exceção para o Índice de Risco de Mercado. Assim, pode concluir-se o seguinte:

O índice de divulgação do risco de crédito apresenta um nível de adequação de divulgação médio de 69,5% para as recomendações do CSBB e de 73,4% para as normas do IASB;

O índice de divulgação do risco de mercado é o que tem os valores mais baixos, quer para as recomendações do CSBB, registando um valor médio de 60,9%, quer para as normas do IASB, mas neste caso o nível de divulgação foi igual para todos os anos os divulgados, de 71,4%;

O índice de divulgação do risco de liquidez é o que apresenta os valores mais elevados, tanto para as recomendações do CSBB, registando um nível de divulgação médio de 85,4%, como para as normas do IASB, que evidenciam um registo médio de 77,6%;

Por fim, o índice de risco financeiro, permite concluir que houve um ligeiro aumento da divulgação, apesar de no ano de 2017 ter havido uma pequena diminuição, tanto para as recomendações do CSBB, como para as normas do IASB.

Se observarmos o conjunto dos índices de divulgação dos reguladores, por tipo de índice de risco (risco financeiro, risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez), conclui-se da evidência do aumento da divulgação dos riscos financeiros, com a exceção para o índice de divulgação do risco de mercado, conforme se verifica na Tabela 12, a seguir.

Tabela 12 – Nível de divulgação dos riscos por tipo índice

Por tipo de Índice	N.º Bancos	Anos da Amostra					Média (5 anos)
		2013	2014	2015	2016	2017	
Índice Risco de Crédito	7	66,8	70,6	72,0	73,6	72,0	71,0
Índice Risco de Mercado	7	67,1	65,2	65,8	65,8	65,8	65,9
Índice Risco de Liquidez	7	78,6	78,6	82,1	83,6	82,9	81,2
Índice Riscos Financeiros	7	69,3	71,0	72,6	73,8	72,8	71,9

Fonte: Elaboração própria.

Na tabela anterior, verifica-se que a divulgação de informação sobre o risco de crédito e liquidez, das entidades bancárias da amostra vão aumentando ao longo do período analisado, com a exceção de uma ligeira diminuição ocorrida no ano de 2017.

Em relação ao risco de mercado, verifica-se que diminui do ano 2013 para o ano de 2015, mantendo os valores nos anos seguinte da análise. Como consequência é o índice que apresenta o valor médio mais baixo de divulgação.

Na mesma tabela, a divulgação de informação sobre os riscos financeiros, é crescente no período da amostra, exceto no ano de 2017, que diminui um ponto percentual, fazendo com que o índice de riscos financeiros apresente o valor médio mais elevado, de 73,8%, em 2016.

Comparando estes resultados com o estudo de Amaral (2015), apesar de os valores médios serem superiores a 50%, verifica-se que os valores observados no presente estudo estão ligeiramente mais baixos que os de Amaral (2015), mas o índice do risco de mercado, tal como no estudo de Amaral (2015), é o que apresenta os valores médios mais baixos.

Contudo, importa salientar que a amostra agora considerada inclui mais duas instituições financeiras que poderá justificar esta diferença nos resultados, ou seja, pode-se inferir que a medida que introduzimos mais entidades bancárias na amostra, o índice de divulgação dos riscos financeiros diminui ligeiramente.

3.3.2 Análise Multivariada

Antes da apresentação dos resultados estimados na análise multivariada, são apresentadas as matrizes de correlações das variáveis em estudo. Assim, a tabela 13 demonstra a matriz de correlações das variáveis independentes para a totalidade dos bancos.

Tabela 13 – Matriz de correlação das variáveis independentes

	LOGAT	LOGCO	ROA	ROE	QCRED	SOLV	LIQ	EFIOP	PROD
LOGAT	1	-	-	-	-	-	-	-	-
LOGCO	0.8240	1	-	-	-	-	-	-	-
ROA	-0.1399	-0.0239	1	-	-	-	-	-	-
ROE	-0.1955	-0.1635	0.9445	1	-	-	-	-	-
QCRED	0.1236	-0.0295	-0.7145	-0.5505	1	-	-	-	-
SOLV	-0.1685	-0.1133	0.5432	0.5791	-0.1637	1	-	-	-
LIQ	0.1575	0.1185	-0.2052	-0.2038	-0.0232	-0.0739	1	-	-
EFIOP	-0.0922	-0.0637	-0.3013	-0.3575	-0.0786	-0.2948	-0.0879	1	-
PROD	-0.0473	-0.2538	0.1265	0.2757	0.1920	0.2752	-0.0187	-0.6715	1

Fonte: Elaboração própria

Pela análise da tabela 13, observa-se que o indicador do volume de ativos (LOGAT) e o indicador do número de colaboradores (LOGCO), bem como o rácio da rendibilidade do ativo (ROA) e o rácio da rendibilidade do capital próprio (ROE), evidenciam um nível de correlação forte (positiva), 82,4% e 94,5%, respetivamente. Tal facto resulta de ambos os indicadores estarem diretamente relacionados, no primeiro caso, com a dimensão dos bancos e no segundo caso, com a rendibilidade dos bancos. Deste modo, conclui-se que os coeficientes de correlação na sua generalidade não são significativamente elevados para causarem preocupação com os problemas de multicolinearidade.

A análise multivariada a executar tem como objetivo demonstrar qual o efeito das variáveis independentes sobre cada uma das variáveis dependentes. Portanto, vamos testar o nível de influência que as variáveis independentes possuem sobre as variáveis dependentes. Além disso, iremos demonstrar o seu poder explicativo conseguindo assim responder à Hipótese 2 do presente estudo, recorrendo ao tratamento de dados em painel, através do modelo de efeitos fixos[1], tendo sido utilizada a ferramenta informática STATA, versão 13.1.

O modelo de regressão linear múltipla detalhado proposto anteriormente (cfr tabela 7), apresenta uma combinação de nove variáveis independentes correspondentes a sete fatores determinantes, relacionados com a atividade específica do setor bancário, a qual foi conjugada com uma base de análise composta por 35 observações, tendo-se obtido os seguintes resultados, conforme a tabela 14 seguinte:

[1]Para o presente estudo foi realizado o teste *Hausman* cujo resultado indicou o modelo dos efeitos fixos como sendo o mais adequado aos dados da amostra. O referido teste demonstrou significância, registando para a melhor utilização do modelo dos efeitos fixos, com um $Chi^2 = 66.60$ e $Prob>Chi^2 = 0.0000$.

Tabela 14 – Regressões multivariadas – resultados das estimações

	IRF		IRC		IRM		IRL	
	(Efeitos Fixos)							
Variável	**Coef.**	**Sig.**	**Coef.**	**Sig.**	**Coef.**	**Sig.**	**Coef.**	**Sig.**
LOGAT	-1.07108	0.709	.2939025	0.949	-1.234278	0.600	-4.532586	0.367
LOGCO	-40.5694	0.005 (***)	-59.03438	0.010 (**)	-9.476732	0.381	-28.04023	0.226
ROA	19.28806	0.000 (***)	20.60885	0.009 (**)	15.66893	0.000 (***)	19.91464	0.017 (**)
ROE	-1.002588	0.001 (***)	-1.007243	0.021 (**)	-1.043487	0.000 (***)	-.9415735	0.042 (**)
QCRED	.3810102	0.227	-.0105467	0.983	.4879734	0.065 (*)	1.265754	0.027 (**)
SOLV	.1053097	0.729	.0197343	0.968	.5885297	0.027 (**)	-.232701	0.660
LIQ	-.2164224	0.020 (**)	-.3595244	0.016 (**)	.0612564	0.391	-.1655052	0.277
EFIOP	.0263592	0.643	.0186779	0.837	.0262777	0.572	.0464952	0.637
PROD	-.051678	0.014 (**)	-.0780513	0.019 (**)	.0059853	0.705	-.0486103	0.157
_cons	263.5858	0.000	342.1276	0.002	95.81286	0.057	252.4426	0.021
Nº de observações:		35		35		35		35
Nº de grupos:		7		7		7		7
R-sq: within		0.5859		0.4856		0.7292		0.4337
between		0.3985		0.3197		0.1968		0.3602
overall		0.3122		0.2413		0.0137		0.2119
F (9,19)		2.99		1.99		5,69		1,62
Prob>F		0.0214		0.0986		0.0007		0.1807

Fonte: Elaboração própria.

Nota: (***), (**) e (*) resultados estatisticamente significativos para um nível de significância de 0.01, 0.05 e 0.10 respetivamente.

Podemos retirar a seguintes conclusões dos resultados obtidos:

Olhando para os valores de R-Sq, verificamos que estes divergem consoante a variável dependente, ou seja, o peso explicativo das variáveis independentes varia consoante a variável dependente. A tabela 14 mostra que as variáveis independentes, em termos gerais, têm um maior poder explicativo (R-sq = 0.3122), ou seja, 31,22% sobre a variável dependente IRF. Por sua vez, as mesmas variáveis explicam apenas 24,13% da variável dependente IRC, 21,19% da variável dependente IRL e apenas 1,37% da variável dependente IRM (sendo um valor muito baixo, significa que as variáveis independentes apresentam pouco poder explicativo para a divulgação do risco de mercado).

Além disso, é possível extrair também informação sobre as percentagens explicativas entre e dentro dos grupos (bancos). Assim, constata-se que, das diferenças entre bancos (entre grupos), as variáveis independentes têm um peso explicativo de 39,85% na variável dependente IRF, depois temos a variável IRL com um peso de 36,02%, sendo que, no caso da variável IRC o peso explicativo é ligeiramente menor, de 31,97%, e, por fim, temos o IRM, com um valor explicativo de 19,68%, ficando muito abaixo em relação às restantes variáveis dependes. Por sua vez, das variações entre os períodos de tempo para o mesmo banco (dentro dos grupos), verifica-se um peso explicativo elevado das variáveis independentes sobre as variáveis IRM (72,92%), IRF (58,59%), IRC (48,56%) e IRL (43,37%).

Estes valores são divergentes dos resultados estimados por Amaral (2015), em que, no caso do poder explicativo das variáveis independentes na variável explicada IRF, evidencia uma percentagem de 44,66%, contra os 39,85% do estudo atual. No que toca à informação sobre as percentagens explicativas entre e dentro dos grupos (bancos), podemos dizer que no estudo atual obtivemos resultados contrários aos de Amaral (2015), ou seja, no estudo atual os valores mais elevados dizem respeito ao valor dentro dos grupos e enquanto que no estudo de Amaral (2015) é entre os grupos.

No que se refere às variáveis explicativas da variável dependente IRF, os resultados do estudo apresentam cinco variáveis com poder explicativo desta variável dependente. Neste contexto, reconhece-se significância estatística na explicação do nível de divulgação de informação sobre os riscos financeiros das variáveis LOGCO (0.005 para um nível de significância de 0.01), ROA (0.000 para um nível de significância de 0.01), ROE (0.001 para um nível de significância de 0.01), LIQ (0.020 para um nível de significância de 0.05) e PROD (0.014 para um nível de significância de 0.05). A variável LOGCO, no modelo estimado, apresenta um coeficiente com sinal negativo (-40.5694), permitindo verificar que o índice de divulgação apresenta valores mais elevados nas instituições com o menor número de colaboradores, sendo possível validar a hipótese 2.1. Também as variáveis LIQ e PROD, ao contrário do esperado, apresentam coeficientes com sinais negativos (-.2164224 3 -.051678, respetivamente), mostrando assim que o nível de divulgação é maior nas entidades que apresenta níveis de liquidez e de produtividade menores, não sendo, por isso possível validar as hipóteses 2.5 e 2.7. No caso da variável ROA apresenta um valor positivo (19.28806) e o ROE um valor negativo (-1.002588). Como os resultados obtidos são uma evidência mista não podemos validar a hipótese 2.2.

Verifica-se que as variáveis explicativas do IRC são as mesmas que para o IRF, com os mesmos sinais sendo apenas possível validar a hipótese, 2.1: Dimensão.

No que toca à variável dependente IRM, conclui-se que apenas as variáveis independentes ROA, ROE, QCRED e SOLV são estatisticamente significativas na explicação da variável dependente, sendo a varável ROE a única que apresenta coeficiente negativo. Deste modo, é possível afirmar que a rendibilidade do ativo, a qualidade do crédito e a solvabilidade influenciam positivamente o nível de divulgação de informação sobre o índice de risco de mercado e a rendibilidade dos capitais próprios influencia negativamente. Assim, valida-se apenas a hipótese 2.3 (Qualidade do Crédito).

Relativamente ao IRL, conclui-se que o índice de divulgação tem uma associação positiva com ROA e QCRED e uma associação negativa com ROE, validando-se unicamente a hipótese 2.3, qualidade de crédito.

Mas por outro lado, a relação é positiva para o ROA, comprovando que o nível de divulgação aumenta à medida que o nível de rendibilidade aumenta. Este resultado é consistente com Amaral (2015) e Bischof *et al.* (2016), que também obtiveram uma associação positiva do ROA, mas não é coincidente com Adelopo (2017), que obteve uma associação negativa.

Resumindo os resultados das estimações, foi possível construir a tabela 15, onde estão expressos os resultados obtidos.

Tabela 15 – Variáveis independentes explicativas

		Variáveis Dependentes			
		IRF	**IRC**	**IRM**	**IRL**
Variáveis Independentes	**LOGCO**	**-**	**-**		
	ROA	**+**	**+**	**+**	**+**
	ROE	**-**	**-**	**-**	**-**
	QCRED			**+**	**+**
	SOLV			**+**	
	LIQ	**-**	**-**		
	PROD	**-**	**-**		

Fonte: Elaboração própria

Em suma, da análise multivariada e observando a tabela 15, pode-se concluir que neste estudo a estimação do modelo determinou, como fatores explicativos da divulgação dos riscos, as mesmas variáveis independentes, quer para a variável IRF, quer para a variável IRC. Neste contexto, as variáveis independentes, ROA e ROE foram identificadas como fatores explicativos para as todas as variáveis dependentes, apesar de apresentarem opostos, a ROA é positiva enquanto que o ROE é negativo.

Apresenta-se de seguida um resumo dos resultados obtidos para cada uma das hipóteses formuladas.

- ✓ **$H_{2.1}$:** Bancos de maior dimensão divulgam menos informação sobre os riscos financeiros.

Os resultados alcançados mostram a validação da hipótese 2.1, em termos do nível de divulgação de informação sobre riscos financeiros (Sig= 0.005) e sobre o risco de crédito (Sig= 0.01), uma vez que o resultado esperado era uma associação negativa entre o nível de divulgação e a dimensão das instituições bancárias. Podemos, portanto, concluir que os bancos de maior dimensão divulgam menos de informação sobre os riscos financeiros.

O resultado obtido vai de encontro aos resultados obtidos por Amaral (2015) e Hirtle (2016), que também obtiveram evidência empírica de uma associação negativa entre a variável dimensão e o nível de divulgação, ao contrário dos estudos de Bischof *et al.* (2016), Bhasin *et al.* (2012), Aryani e Hussainey (2017) e Dantas *et al.* (2010) em que a variável dimensão é um determinante que influência de forma positiva o nível de divulgação de informação sobre riscos financeiros.

- ✓ **$H_{2.2}$:** O índice de divulgação sobre riscos financeiros aumenta com a rendibilidade dos bancos.

Os resultados revelam que, dos dois rácios de rendibilidade, o ROA obteve valores positivos, mostrando assim que tem uma influência positiva no nível de divulgação, enquanto que o ROE, obteve valores negativos, mostrando que tem uma influência negativa no nível de divulgação. O esperado era uma associação positiva nos dois indicadores, mas como é mista, não podemos validar esta hipótese.

Este resultado é consistente com os resultados obtidos por El-Bannany (2015) e Aryani e Hussainey (2017), que também obtiveram uma associação negativa entre o nível de divulgação sobre riscos e a ROE, numa amostra de bancos indonésios, mas não é coincidente com os resultados obtidos por Dantas *et al*. (2010), Dhar (2014) e Rafidi *et al.* (2016), que concluíram que os bancos com maior nível de rendibilidade apresentam maior grau de divulgação sobre os riscos.

- ✓ **$H_{2.3}$:** Bancos com melhor rácio de qualidade de crédito divulgam mais informação sobre riscos.

Os resultados permitem validar hipótese 2.3 em relação aos resultados obtidos sobre o nível de divulgação de informação sobre o risco de mercado (Sig. = 0.065). Podemos, portanto, afirmar que os bancos com melhor rácio de qualidade de crédito divulgam mais informação sobre risco de mercado.

Este resultado corrobora com o resultado obtido por Amaral (2015).

- ✓ **$H_{2.4}$:** Bancos com melhor solvabilidade apresentam menor nível de divulgação sobre os riscos.

Os resultados demonstram que a solvabilidade dos bancos, que foi medida pelo rácio de capital *Tier* 1, tem uma influência positiva sobre o índice de divulgação. Sendo assim, não foi possível validar a hipótese 2.4, uma vez que se previa uma associação negativa entre as variáveis. Logo, os resultados mostram que os bancos com melhor solvabilidade praticam uma maior divulgação sobre os riscos financeiros. Os resultados obtidos vão de encontro com a previsão de Amaral (2015), mas não são consistentes com os resultados obtidos pelo autor.

- ✓ **$H_{2.5}$:** Bancos com melhor liquidez apresentam maior nível de divulgação sobre os riscos.

Os resultados não permitem validar esta hipótese, uma vez que o esperado era uma associação positiva entre o nível de divulgação e a liquidez das instituições bancárias, mas o que se obteve foi uma associação negativa entre as variáveis. Podemos, portanto, concluir que a liquidez dos bancos, quanto à transformação dos seus recursos em crédito não possui uma influência significativa sobre a divulgação de informação sobre os riscos.

Este resultado é consistente com os resultados obtidos por Petria *et al.* (2015), Aryani e Hussainey (2017), mas não é coincidente com os de Amaral (2015) que conclui que bancos com melhor liquidez apresentam maior nível de divulgação sobre os riscos.

- ✓ **$H_{2.6}$:** Bancos com melhor rácio de eficiência divulgam mais informação sobre os riscos.

Esta hipótese não é validada uma vez que nenhum dos indiciadores obteve nenhum resultado estatisticamente significativo.

- ✓ **$H_{2.7}$:** Bancos com melhor produtividade divulgam mais informação sobre riscos financeiros.

Os resultados demonstram que a produtividade dos bancos, que foi medida pelo rácio da produtividade da atividade bancária, tem uma influência negativa sobre o nível de divulgação. Sendo assim, não foi possível validar a hipótese 2.7, uma vez que se previa uma associação positiva entre as variáveis. Logo, os resultados mostram que o índice de divulgação sobre os riscos financeiros não varia com a produtividade dos bancos.

Estes resultados não são consistentes com os de Amaral (2015) que obteve evidência empírica de associação positiva desta variável com o índice de divulgação.

CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA FUTURA INVESTIGAÇÃO

O objetivo principal do presente estudo foi numa primeira fase, de analisar a evolução da divulgação dos riscos financeiros bancários em Portugal. Para tal, adotou-se a técnica de codificação da informação financeira, de modo a determinar os índices escolhidos de divulgação (IRF, IRC, IRM e IRM). Posteriormente, numa segunda fase, o objetivo foi testar empiricamente os fatores determinantes da divulgação sobre esses mesmos riscos. Deste modo, consubstanciou-se numa análise econométrica expressa por um modelo geral de regressão linear múltipla, que contrapôs os índices divulgação dos riscos a um conjunto de variáveis independentes relacionadas com a atividade do setor bancário, com o objetivo de inferir o valor explicativo de cada uma. Para realização dos testes, foi construído um painel de dados, balanceado, constituído por 35 observações anuais, para o período de 2013 a 2017.

Várias conclusões emergem do presente estudo. Assim, face aos objetivos da primeira fase (hipótese 1), os resultados obtidos permitem concluir que através da análise descritiva, o nível de divulgação de informação exercido sobre os riscos financeiros é alto, atingindo, em termos médios, 71,9%.

Dos três índices que integram o índice do risco financeiro, o índice de risco de liquidez e o de risco de crédito são os que apresentam o maior índice de divulgação de informação, com 81,2% e 71,0%, respetivamente. Em contraste, o índice do risco de mercado é o que apresenta o menor índice de divulgação de informação, com 65,9%.

Tendo em consideração as normas emanadas pelo CSBB e do IASB, de forma separada, constatou-se que o nível de divulgação de informação sobre os riscos financeiros é mais elevado para o índice de risco de liquidez, com 85,4% e 77,6%, respetivamente.

Estes resultados são concordantes com o estudo de Amaral (2015), comprovando que o nível de divulgação aumenta de forma constante quando enquadrado num determinado espaço temporal. Contudo, pode-se inferir que os valores médios observados no presente estudo estão ligeiramente abaixo do estudo de Amaral (2015), o que pode ser explicado pelo aumento de número de entidades bancárias apresentadas no presente estudo (passou de cinco para sete entidades).

No que concerne à hipótese 2, do estudo dos determinantes de divulgação, os resultados da estimação do modelo sugerem que as variáveis selecionadas são, efetivamente, as que apresentam maior poder explicativo.

Do conjunto de estimativas, destacam-se as variáveis associadas à dimensão (LOGCO), rendibilidade (ROA e ROE), liquidez (LIQ) e produtividade (PROD), como fatores que exercem influência significativa na divulgação dos riscos financeiros (IRF). Os resultados evidenciam que

o aumento da dimensão do banco é significativamente desfavorável à divulgação dos riscos financeiros. Tal facto, poderá ser justificado pelo motivo do BPI (5º maior banco do sistema bancário português) ter sido a entidade bancária que mais divulga sobre os riscos financeiros, ao invés, a CGD (1º maior banco) é um dos que menos divulga. A variável da liquidez também impacta negativamente, considerando que uma maior transformação dos recursos em crédito força a uma menor divulgação dos riscos. O facto de nos últimos anos o setor bancário ter observado uma diminuição do rácio de transformação dos depósitos em crédito, nomeadamente, após a implementação do Programa de Assistência Económico Financeira a Portugal (2011-2014), poderá justificar a principal razão para os bancos divulgarem mais informação quando o seu rácio de transformação é menor. A produtividade constitui outro importante determinante, negativamente relacionado com a divulgação dos riscos financeiros. O estudo confirma ainda que a variável rendibilidade apresenta uma associação mista (positiva e negativa), ou seja, a variável independente ROA apresenta uma relação positiva, enquanto a variável ROE apresenta uma relação negativa. Assim, pode concluir-se que, quanto maior a rentabilidade do ativo dos bancos, maior é a divulgação dos riscos financeiros. Em contraste, quanto menor a rentabilidade do capital próprio, maior será a divulgação dos riscos. Este facto, é explicado pela ocorrência de prejuízos históricos obtidos pelo setor, principalmente, desde 2012, e cujo pico negativo ocorreu em 2014 (falência do Banco Espírito Santo e constituição com o apoio do Fundo de Resolução, do Novo Banco). Estes fatores internos da atividade bancária são também validados para índice de risco de crédito (IRC). A variável da qualidade de crédito (QCRED) apenas se apresenta estatisticamente significativa e relacionada com as variáveis dependentes do índice de risco de mercado (IRM) e do índice de risco de liquidez (IRL), ou seja, quanto melhor for a qualidade da carteira de crédito dos bancos, maior é a divulgação dos riscos. Por sua vez, a variável independente solvabilidade (SOLV) apenas se apresenta estatisticamente relacionado com o IRM, enquanto o indicador da eficiência operativa (EFIOP) não se mostra estatisticamente significativo para nenhum dos índices de risco.

Estes resultados são em parte coincidentes com o estudo de Amaral (2015), no que concerne às variáveis da rendibilidade (ROA) e da qualidade de crédito (QCRED), cuja relação é positiva em ambas as variáveis no que diz respeito ao índice de risco de liquidez (IRL). Indicadores como produtividade (PROD) e solvabilidade (SOLV) também são estatisticamente significativos, embora a sua relação seja contrária. Registe-se ainda, que a variável eficiência operativa (EFIOP) foi considerada estatisticamente significativa, porém, no presente estudo, esta variável não apresentou qualquer relação significativa.

Estas conclusões podem ser úteis para aperfeiçoar e melhorar as normas que obrigam à divulgação dos riscos financeiros por parte as instituições bancárias. A identificação de um quadro de determinantes da divulgação dos riscos poderá ser utilizada como orientação na definição de estratégias e medidas a serem tomadas pelos reguladores do sistema bancário.

O estudo realizado apresenta, contudo, algumas limitações, uma vez que a amostra utilizada é de muito reduzida dimensão, limitando-se aos sete maiores grupos bancários a operar em

Portugal. Para além disso, o período de análise ser relativamente curto (5 anos), pelo que os resultados obtidos deverão ser analisados tendo em consideração esta limitação.

Deste modo, sugere-se, para futura investigação, alargar a amostra e o período de análise, utilizar sistemas bancários de outros países como fator de comparação financeira e cultural (por exemplo um estudo ibérico) e considerar outros indicadores, quer de natureza financeira (por exemplo: sistemas de tecnologia ou governança corporativa), quer de natureza não financeira (PIB, Taxas de Juro ou Inflação), que possam ser potencialmente explicativos do nível de divulgação dos riscos financeiros.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adelopo, I. (2017). Non-financial risk disclosure: the case of the UK's distressed banks. *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*. 11 (2). 23-42.

Akin, A. & Yilmaz, I. (2016). Drivers of corporate social responsibility disclosures: evidence from Turkish banking sector. *Procedia Economics and Finance*. 38. 2-7.

Almeida, A. (2014). *Realidades e desafios na gestão dos riscos: diálogo entre ciência e utilizadores.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Alves, M. & Matias, F. (2014). Gestão e divulgação do risco operacional e os acordos de Basileia: O caso dos maiores bancos portugueses. *Revista Universo Contábil.* 10 (3). 172-193.

Amaral, M. (2015). *Divulgação de informação sobre riscos financeiros: evidência empírica no setor bancário português.* Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Gestão, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave;

Amaral, M., & Lemos, K. (2015). Fatores determinantes do nível de divulgação sobre riscos financeiros no setor bancário português. *V Congresso dos Técnicos Oficiais de Contabilidade*, Lisboa, 17 e 18 de setembro.

Aryani, D. & Hussainey, K. (2017). The determinants of risk disclosure in the Indonesian non-listed banks. *Int. J. Trade and Global Markets.* 19 (1). 58-66.

Beneditto, E. & Silva, R. (2008). Análise do nível de transparência das instituições financeiras brasileiras em relação ao acordo com o novo acordo de capitais (Basiléia II) - um estudo de caso múltiplo. *Brazilian Business Review.* 5(3). 192-208.

Bhasin, M., Makarov, R. & Orazalin, N. (2012). Determinants of voluntary disclosure in the banking sector: an empirical study. *International Journal of Contemporary Business Studies*. 3(3). 60-71.

Bischof, J., Daske, H., Elfers, F. & Hail, L. (2016). A tale of two regulators: risk disclosures, Liquidity, and enforcement in the banking sector. *SSRN Electronic Journal*.

Bonfim, D. & Kim, M (2012). Risco de liquidez sistémico. *Banco de Portugal - Relatório de Estabilidade Financeira.* 79-99.

Costa, B., Leal, P. & Ponte, V. (2017). Determinantes da divulgação de informação de risco de mercado por empresas não financeiras. *RACE*. 16 (2). 729-756.

Cuccinelli, D. (2013). The Determinants of bank liquidity risk within the context of euro area. *Interdisciplinary Journal of Research in Business.* 2 (10). 51-64.

Dantas, J., Micheletto, M., Cardoso, F. & Freire, A. (2017). Perdas em crédito nos bancos brasileiros: modelo de perdas esperadas e perdas incorridas e impactos da IFRS 9. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade.* 7 (2). 156-175

Dantas, J., Rodrigues, F., Rodrigues, J. & Capelletto, L. (2010). Determinantes do grau de evidenciação de risco de crédito pelos bancos brasileiros. *Revista Científica de Contabilidade e Finanças da USP – Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.* 21 (52). 1- 28.

Dey, R., Hossain, S. & Rezaee, Z. (2018). Financial risk disclosure and financial attributes among publicly traded manufacturing companies: evidence from Bangladesh. *Journal. Risk and Financial Management*.11 (50) 1-16.

Dhar, P. (2014). Risk disclosure by select Indian banks with reference to IFRS 7 / IND AS-32: A study. *International Journal of Research in Commerce & Management*, 5 (5), 29-37.

Dicionário da língua portuguesa. 7ª Edição. Porto Editora. ISBN: 972-0-05001-2.

El-Bannany, M. (2015). Global financial crisis and credit risk disclosure in the UAE banks. *Risk governance & control: financial markets & institutions*. 5(1). 20-26.

Elghaffar, E., Abotalib, A. & Khalil, M. (2019). Determining factors that affect risk disclosure level in Egyptian banks. *Banks and Bank Systems.* 14 (1). 159-171.

Ellili, N. & Nobanee, H. (2017). Corporate risk disclosure of Islamic and conventional banks. *Banks and Bank System.* 12(3). 247-256.

Farias, J., Ponte, V., Oliveira, M. & De Luca, M. (2014). Impactos da adoção das IFRS nas demonstrações consolidadas dos bancos listados na BM&FBOVESPA. *Revista Universo Contábil*. 10(2).63-83;

Faro, C. (2014). *Administração bancária: uma visão aplicada.* 1ª Edição. Rio do janeiro: Editora FGV.

Ferreira, D. (2011). *Instrumentos Financeiros: normas internacionais de relato financeiro.* Lisboa: Reis dos livros. 978-989-805-21-3.

Goulart, A. (2003). *Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil.* Dissertação de Metrado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo.

Grosu, V. & Chelba, A. (2019). IFRS7 – Financial instruments disclosures. *Ecoforum*. 8(1).

Ha, J. (2017). Transition to IFRS 9: practical guidance for the foreign reserves of central banks. *Washington D.C.: World Bank Group.*

Hirtle, B. (2016). Public disclosure and risk-adjusted performance at bank holding companies. *FRBNY Economic Policy Review.* 151-173.

Jensen, M. C.; Meckling, W. (1976). Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*. 3(4). 305-360;

Lemos, K., Ariza, L. & Rodrigues, L. (2012). Fatores determinantes do nível de divulgação de informação sobre instrumentos derivados de acordo com as recomendações do comité de Basileia e da IOSCO – evidência empírica no setor bancário português. *XV Encuentro AECA – Asociación Espanhola de Contabilidad Y Administración de Empresas*, 20 e 21 de setembro, Esposende;

Lipunga, A. (2014). Risk disclosure practices of Malawian Commercial Banks. *Journal of Contemporary Issues in Business Research*. 3 (3). 154-167;

Marshall, A. e Weetman, P. (2007). Modelling transparency in disclosure: the case of foreign exchange risk management. *Journal of Business Finance & Accounting*, Vol. 34, p. 705.

Melo, H. & Leitão, C. (2018). Discloure do risco operacional nas instituições bancárias na BM&FBOVESPA. *Revista Ambiente Contábil.* 10 (1). 223-239.

Milan, M. & Quadros, B. (2016). A política monetária e a crise financeira: podem os Bancos Centrais se antecipar?. *Economia e Sociedade, Campinas*. 25 (2). 341-372;

Morris, R. (1987). Signalling, agency theory and accounting policy choice. *Accounting and Business Research.* 18 (69). 47-56;

Oliveira, J., Rodrigues, L. & Craig, R. (2011). Risk-related disclosure practices in the annual reports of Portuguese credit institutions: An exploratory study*. Journal of Banking Regulation.* 12(2). 100-118.

Passos, L., Almendra, R., Luca, M. & Vasconcelos, A. (2017). *Disclosure* dos riscos de mercado e o custo de capital de empresa. *BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos,* 14 (3), 169- 184.

Pereira, A. (2015). *Metodologias de quantificação de risco de crédito.* Dissertação de doutoramento. Universidade Portucalense.

Petria, N. Capraru, B. & Ihnatov, I. (2015). Determinants of banks' profitability: evidence from EU 27 banking systems. *Procedia Economics and* Finance. 20. 518 – 524.

Pinho, C., Valente, R., Madaleno, M. & Vieira, E. (2019). *Risco Financeiro – Medida e Gestão*. (2ª Edição). Lisboa: Edições Silabo.

Pinto, C & Lemos, K. (2013). Fatores determinantes da divulgação de informação sobre o risco de liquidez: evidência empírica no sistema financeiro português. *XIV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria*: *"A contabilidade pública como fator de transparência"*, Lisboa, 10 e 11 de outubro;

PWC. (2018). *IFRS Update Newsletter*. 16ª Edição.

Rafidi, M., Said, J., Kazemian, S., & Zakaria, B. (2016). Enhancing banking performance through holistic risk management: The comprehensive study of disclosure approach. *Malaysian Accounting Review*, 15 (1), 315-339.

Rahman, R., Kighir, A., Oyefeso, L. & Salam, O. (2013). Risk management disclosure practices of Islamic banks in the mena region: an empirical analysis. *Middle-East Journal of Scientific Research.* 15 (1): 152-160.

Righi, M., Müller, F., Silveira, V. & Vieira, K. (2019). O efeito de estudos organizacionais na estimação de medidas de risco financeiro. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*.21 (1). 103-117.

Silva, E. (2017a). *IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Introdução às regras de reconhecimento e mensuração*. Porto: Vida Económica.

Silva, E. (2017b). *Tipologia dos Riscos – Uma introdução*. Porto: Vida Económica.

Silva, E., Mota, C. & Pereira, A. (2017). IFRS 9 - Instrumentos financeiros: abordagem e impactos previsíveis do novo modelo de mensuração e registo de perdas de crédito. *XVI Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria: da Academia A Profissão.* Aveiro. 12 e 13 de outubro.

Silva, M. (2012). *Capital intelectual: sua divulgação no setor bancário em Portugal*. Tese de Doutoramento em Ciências Económicas e Empresariais, Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Universidad de Vigo;

Siregar, S., Djakman, C., Maharani, A., Farahmita, A. & Ningrum, A. (2016). Financial instruments disclosure: comparison of Indonesian and UK banks. *International Journal of Finance and Accounting*. 5(1). 62-66;

Sousa, R. & Santos, O. (2017). Nível de evidenciação das instituições financeiras à luz das exigências do CPC 40 – Instrumentos financeiros. *ConTexto.*17 (35). 105-122.

Terraza, V. (2015). The effect of bank size on risk ratios: Implications of banks' performance. *Procedia Economics and Finance.* 30 (2015). 903 – 909;

Legislação

Banco de Portugal (2008). Aviso n.º 5/2008 de 1 de julho;

Banco de Portugal. (2007). Departamento de Supervisão Bancária (DSB). Modelo de Avaliação dos Riscos;

Banco de Portugal. (2011). Aviso n.º 9/2011 de 30 de dezembro;

Norma Internacional de Relato Financeiro 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações. (2006, 27 de janeiro). Jornal Oficial da União Europeia;

Regulamento (UE) 2016/2067 da Comissão de 22 de novembro de 2016 que altera o regulamento (CE) nº 116/2008, que adota determinadas normas de contabilidade nos termos do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito à Norma Internacional de Relato Financeiro 9 – Instrumentos Financeiros.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

Anexo I – Índice de divulgação sobre risco de crédito pelo CSBB

Princípios de Gestão e de Supervisão do Risco de Crédito do CSBB	Parágrafo/ Quadro
1. INFORMAÇÃO QUALITATIVA	
1.1 Estratégias e práticas de controlo sobre o risco de crédito	824/ -
1.2 Estrutura, organização e políticas de gestão do responsável pelo risco	824/ -
1.3 Informações sobre as técnicas de cobertura e medição do risco de crédito	824/ -
1.4 Definições de créditos em atraso e problemáticos	825/4
1.5 Descrição dos métodos seguidos para provisionamentos específicos e gerais	825/4
1.6 Nomes das agências externas de avaliação do crédito	825/5
1.7 Tipos de exposição que cada agência externa utiliza	825/5
1.8 Definições para estimar e validar as carteiras no método avançado IRB	826/6
1.9 Políticas e processos para avaliação e gestão de garantias	826/7
1.10 Descrição dos principais tipos de garantias recebidas pelo banco	826/7
1.11 Indicação dos limites de crédito para as exposições da carteira	826/8
1.12 Objetivos da securitização - formas como transferem o risco de crédito	826/9
1.13 Indicação por tipo de segmento de operação os créditos titularizados	826/9
1.14 Resumo das políticas contabilísticas para atividades de securitização	826/9
2. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA	
2.1 Exposição total e média no período segmentadas por tipo de operação	825/4
2.2 Grau de concentração das operações de crédito e dos devedores	825/4
2.3 Distribuição geográfica das operações de crédito relevantes	825/4
2.4 Distribuição por setor de atividade das operações de crédito relevantes	825/4
2.5 Distribuição por prazos de maturidade das operações de crédito relevantes	825/4
2.6 Distribuição dos devedores classificados por classe de incumprimento	825/4
2.7 Montantes de provisões específicas e gerais criadas na carteira de crédito	825/4
2.8 Créditos em atraso e respetivas provisões por áreas geográficas	825/4
2.9 Reconciliação das alterações nas provisões para créditos problemáticos	825/4
2.10 Montante dos saldos do banco por classe de risco de incumprimento	825/5
2.11 Bancos que utilizam o método avançado IRB - divulgar a média da LGD (%)	826/6
2.12 Composição da carteira de crédito coberta por garantias prestadas	826/7
2.13 Composição da carteira de crédito coberta por derivados de crédito	826/7
2.14 Informações sobre as estimativas da EAD através do método avançado IRB	826/8
2.15 Montante total dos valores securitizados pelo banco	826/9
2.16 Montante de ativos securitizados em atraso e problemáticos	826/9
2.17 Montante agregado e por tipo de exposições de securitização compradas	826/9
2.18 Ganhos ou perdas reconhecidas pelo banco no período de securitização	826/9

Fonte: Elaboração Amaral (2015) com base no documento publicado pelo CSBB, (2006:232-240).

Anexo II – Índice de divulgação sobre risco de crédito pela NIRF 7

Divulgações Exigidas pela NIRF 7	Parágrafo Apêndice
1. INFORMAÇÃO QUALITATIVA	
1.1 Exposição ao risco de crédito e sua origem	33-a
1.2 Objetivos, políticas e procedimentos de gestão do risco de crédito	33-b
1.3 Métodos e pressupostos utilizados para mensurar o risco de crédito	33-b
1.4 Alterações aos pontos (1.1), (1.2) ou (1.3) em relação ao período anterior	33-c
2. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA	
2.1 Síntese quantitativa da exposição ao risco de crédito na data do relato	34-a
2.2 Quantia que melhor representa a exposição máxima ao risco de crédito	36-a
2.3 Informações sobre as garantias colaterais detidas a título de caução	36-b
2.4 Informação sobre os créditos que não estejam vencidos nem em imparidade	36-c
2.5 Quantia das operações de crédito objeto de renegociação	36-d
2.6 Classe de vencimento das operações de crédito	37-a
2.7 Por tipo de segmento de operação as imparidades consideradas	37-b
2.8 Para a carteira de crédito vencido e imparidades apresentar os colaterais	37-c
2.9 Natureza e quantia escriturada dos ativos obtidos pelos colaterais	38-a
2.10 Divulgação da concentração de risco por devedor	B8-b
2.11 Divulgação da concentração de risco por área geográfica	B8-b
2.12 Divulgação da concentração de risco por setor atividade	B8-b
2.13 Exposição das quantias de empréstimos e valores reembolsáveis a receber	B10-a
2.14 Exposição das quantias de contratos de derivados	B10-b
2.15 Exposição das quantias de garantias financeiras prestadas pelo banco	B10-c
2.16 Exposição das quantias relativas as linhas de crédito abertas a clientes	B10-d

Fonte: Elaboração Amaral (2015) com base na NIRF 7, (2006)

Anexo III – Índice de divulgação sobre risco de mercado pelo CSBB

Princípios de Gestão e de Supervisão do Risco de Mercado do CSBB	Parágrafo/ Quadro
1. INFORMAÇÃO QUALITATIVA	
1.1 Estratégias e práticas de controlo sobre o risco de mercado	824/ -
1.2 Estrutura, organização e políticas de gestão do responsável pelo risco	824/ -
1.3 Informações sobre as técnicas de cobertura e medição do risco de *portfolios*	824/ -
1.4 Técnicas utilizadas de gestão de risco para controlar o risco taxa de juro	826/14
2. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA	
2.1 Requerimentos de capital para risco de taxa de juros	826/10
2.2 Requerimentos de capital para risco de ações	826/10
2.3 Requerimentos de capital para risco cambial	826/10
2.4 Requerimentos de capital para risco de *commodities*	826/10
2.5 Informações sobre as carteiras de negociação e os valores do VaR	826/11
2.6 Comparação de estimativas do VaR com análises aos testes de esforço	826/11
2.7 Desfechos nos resultados decorrentes de choques das taxas de juro	826/14
2.8 Estimativas aplicadas nas taxas de juros e avaliação dos resultados	826/14

Fonte: Elaboração Amaral (2015) com base no documento publicado pelo CSBB, (2006:240-242).

Anexo IV – Índice de divulgação sobre risco de mercado pela NIRF 7

Divulgações Exigidas pela NIRF 7	Parágrafo Apêndice
1. INFORMAÇÃO QUALITATIVA	
1.1 Exposição ao risco de mercado e sua origem	33-a
1.2 Objetivos, políticas e procedimentos de gestão do risco de mercado	33-b
1.3 Métodos e pressupostos utilizados para mensurar o risco de mercado	33-b
1.4 Alterações aos pontos (1.1), (1.2) ou (1.3) em relação ao período anterior	33-c
2. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA	
2.1 Síntese quantitativa da exposição ao risco de mercado na data do relato	34-a
2.2 Análise de sensibilidade para cada sub-categoria do risco de mercado	40-a
2.3 Separação de instrumentos financeiros detidos ou não para negociação	B17-a
2.4 Estimativa de alteração de taxas de juros (taxa de juro - variável)	B18-a
2.5 Realização de testes de esforço e cenários de flutuações das taxas de juro	B19-a
2.6 Informações sobre os ganhos e perdas nas carteiras, combinada com o VaR	B20
2.7 Análise de sensibilidade para cada divisa (caso de exposição relevante)	B24

Fonte: Elaboração Amaral (2015) com base na NIRF 7, (2006)

Anexo V – Índice de divulgação sobre risco de liquidez pelo CSBB

Princípios de Gestão e de Supervisão do Risco de Liquidez do CSBB	Princípio/ Parágrafo
1. INFORMAÇÃO QUALITATIVA	
1.1 Frequência do relato financeiro sobre a liquidez (periodicidade da informação sobre a sua posição de liquidez)	13/ -
1.2 Informação suficiente sobre a gestão do risco de liquidez (conceito de risco liquidez, âmbito e objetivos da gestão de risco)	13/128
1.3 Estrutura e organização da função (funções, responsabilidades dos comités e unidades)	13/129
1.4 Estratégias e políticas de gestão sobre a liquidez (separação tesouraria e gestão de fundos de liquidez - limites)	13/129
1.5 Técnicas de identificação, mensuração e avaliação do risco (conceitos e técnicas utilizadas risco de liquidez)	13/131
1.6 Técnicas de redução / mitigação do risco (diversificação de fontes de financiamento, políticas de reservas de liquidez, utilização de testes esforço e respetivos cenários e plano de contingência)	13/131
2. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA	
2.1 Informação sobre a sua posição de liquidez (dimensão e composição da margem de segurança da liquidez - "almofada")	13/130
2.2 Garantias adicionais (prestação de colaterais adicionais em consequência de corte de *rating*)	13/130
2.3 Indicadores internos e regulatórios (limites, prazos de vencimento e *gaps* de liquidez no período e acumulados)	13/130

Fonte: Elaboração Amaral (2015) com base no documento publicado pelo CSBB, (2008:31-32).

Anexo VI – Índice de divulgação sobre risco de liquidez pela NIRF 7

Divulgações Exigidas pela NIRF 7	Parágrafo Apêndice
1. INFORMAÇÃO QUALITATIVA	
1.1 Exposição ao risco de liquidez e sua origem	33-a
1.2 Objetivos, políticas e procedimentos de gestão do risco de liquidez	33-b
1.3 Métodos utilizados para mensurar o risco de liquidez	33-b
1.4 Alterações aos pontos (1.1), (1.2) ou (1.3) em relação ao período anterior	33-c
2. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA	
2.1 Síntese quantitativa da exposição ao risco de liquidez na data do relato	34-a
2.2 Análise da maturidade dos passivos financeiros e dos prazos residuais	39-a;b
2.3 Valores das linhas de crédito para atender às necessidades de liquidez	B11F-a
2.4 Depósitos junto do Banco Central para atender às necessidades de liquidez	B11F-b
2.5 Composição da diversificação das fontes de financiamento	B11F-c
2.6 Concentração do risco de liquidez quer nos ativos ou na fonte de recursos	B11F-d
2.7 Instrumentos financeiros que possam exigir prestação de garantias	B11F-g

Fonte: Elaboração Amaral (2015) com base na NIRF 7, (2006) e com a introdução de melhorias das divulgações sobre os instrumentos financeiros em março de 2009 (Apêndice B11F)

APÊNDICE

Apêndice I – Quadro Resumo dos Estudos de divulgação no setor bancário

N.º	Autor (Ano)	País	Período em Análise	Amostra	Tipo de Estudo	Metodologia	Variável Explicada	Determinantes	Efeito	Indicador
1	Dantas *et al*. (2010)	Brasil	2001-2008	50 bancos	Análise Explicativa	- Análise de dados em painel; - Regressão linear múltipla.	- Elaboração de índice de divulgação do risco de crédito com base nas exigências do CSBB.	- Dimensão; - Rendibilidade (RoE); - Propriedade; - Capital; - Origem; - Cotação em Bolsa; - Vigência Basileia II.	+ + - + - + +	Ativos Resultados/Capital *Dummy* para privado ou estatal Índice de Basileia *Dummy* para estrangeiro ou nacional *Dummy* para cotação em bolsa *Dummy* por períodos de aplicação
2	Bhasin *et al*. (2012)	Cazaquistão	2009-2010	39 bancos	Análise Explicativa	- Análise de regressão pelo método dos mínimos quadrados ordinários; - Tetes de correlação para seleção das variáveis independentes pelo modelo do processo passo-a-passo (*forward stepwise selection - fss*).	- Índice de divulgação de Cooke.	- Dimensão: - Idade; (eliminada pelo processo fss) -Administradores Externos; - Total de Diretores; - Rácio Administradores Externos.	+ n/a + - -	Logaritmo Ativo Anos do banco Composição Composição Administradores Externos/Total da Adminstração
3	Bonfim e Kim (2012)	Europeus e Norte Americanos	2002-2009	342 bancos	Análise Explicativa	- Estimação de medidas de *herding* (replicação de comportamentos); - Análise de dados em painel; - Análise Multivariada através do modelo de efeitos fixos; - Regressões com variáveis instrumentais.	- Medido pelo rácio transformação; - Medido pelo rácio interbancário; - Medido pelo rácio de liquidez.	- Solvabilidade; - Dimensão; - Eficiência; - Rendibilidade (RoA e RoE); - Especialização.	n/d n/d n/d n/d n/d n/d	Tier 1/Ativo Logaritmo Ativo Gastos Operativos/ Produto Bancário Resultados/Ativo Resultados/Capital Empréstimos/Ativo
4	Alves e Matias (2014)	Portugal	2010	5 bancos	Análise Descritiva	- Análise de conteúdo; - Elaboração de índice de divulgação para verificação do cumprimento de 20 requisitos agrupados em 5	n/a	n/a	n/a	n/a

						categorias construídas pelos autores.				
5	Amaral (2015)	Portugal	2006-2012	5 bancos	Análise Explicativa	- Análise de dados em painel; - Regressão linear múltipla através do modelo de efeito aleatórios; - Teste de coeficiente de *Pearson*; - Teste paramétrico da distribuição t-*Student*.	- Construção de 3 sub-índices de divulgação baseado nas normas do CSBB e IASB: a) Risco de Crédito; b) Risco de Mercado; c) Risco de Liquidez; e - Índice Geral: d) Índice de Risco Financeiro	Dimensão Rendibilidade (RoA e RoE) Qualidade do Crédito Solidez Liquidez Eficiência Operativa Produtividade	- - + + + - + + +	Logaritmo Ativo Logaritmo N.º Colaboradores Resultados/Ativo Resultados/Capital Crédito Vencido/Emp(s) Tier 1/Ativo Emp(s)/Depósitos Gastos Operativos/ Produto Bancário Produto Bancário/ N.º Colaboradores
6	Petria *et al*. (2015)	Europa dos 27 Estados Membros	2004-2011	1098 bancos	Análise Explicativa	- Análise de dados em painel; - Regressão linear múltipla; - Teste de Hausman para estimar o método apropriado para o modelo de efeitos fixos e efeitos aleatórios.	- Medido pelo RoA; - Medido pelo RoE.	- Dimensão; - Capital; - Risco; - Eficiência; - Liquidez; - Negócio; - Concentração; - Inflação; - Produto Interno Bruto.	+/- + - - - + - +/- +	Logaritmo do Ativo Capital/Ativo Imparidades/Emp(s) Gastos Operativos/ Produto Bancário Emp.(s)/Depósitos Outros Resultados Operacionais/Ativos Índice Herfindahl-Hirscham Taxa de Inflação PIB
7	Akin e Yilmaz (2016)	Turquia	2005-2009	33 bancos	Análise Explicativa	- Elaboração de ranking; - Análise de regressão multivariada.	- Elaboração de 5 sub-índices de divulgação; e - Índice Global.	- Participação de empréstimos; - Dimensão; - Capital; - Rentabilidade.	- + + +	Empréstimos/Ativo Logaritmo do Ativo Capital/Ativo Margem Finª/Ativo

8	Bischof *et al*. (2016)	50 Países (Europa – 34; Médio Oriente – 7; Ásia-Pacífico – 9)	2005-2009	220 bancos e 50 empresas	Análise Explicativa	- Análise de dados em painel; - Análise de regressão pelo método dos mínimos quadrados ordinários.	- Requisitos da norma IFRS 7; - Requisitos das recomendações do Acordo de Basileia III (Pilar 3)	- Dimensão; - Capital; - Rendibilidade (RoA); - Crescimento do Ativo; - Justo valor; - Analista Financeiro; - Benchmark bancos.	+ + + +/- + +/- -	Logaritmo do Ativo Capital Regular/Ativo Resultados/Ativo Subida % dos Ativos do ano t para t+1 Índice baseado na norma IFRS 7 Média anual de projeções dos lucros por ação *Dummy* para bancos isentos do Pilar III
9	Hirtle (2016)	EUA	1994-2012	36 bancos	Análise Explicativa	- Análise de dados em painel; - Regressão linear múltipla através do modelo de efeito fixos; - Testes de Robustez com variáveis de controlo adicionais.	- Construção de índice de divulgação do risco de mercado baseado na regulação das atividades de negociação das BHCs	- Dimensão; - Risco da carteira; - Capital; - Receita da carteira; - Concentração; - Participação da carteira.	- - - - + -	Logaritmo Ativo Ativos ponderados pelo risco/Ativo Capital/Ativo Comissões/Resultado Operacional Índice Herfindahl-Hirscham Carteira Negociação/Ativo
10	Siregar *et al*. (2016)	Indonésia e Reino Unido	2014	10 bancos	Análise Descritiva	- Análise de conteúdo; - Elaboração de índice de divulgação para verificação do cumprimento dos requisitos da norma contabilística.	n/a	n/a	n/a	n/a
11	Adelopo (2017)	Reino Unido	1998-2008	4 bancos	Análise Explicativa	- Análise de dados em painel; - Regressão linear múltipla; - Teste de Hausman para estimar o método apropriado para o modelo de efeitos fixos e efeitos aleatórios.	- Medido por 2 indicadores de performance: a) corrente; b) futuro.	- Narrativas históricas; - Narrativas futuras; - Dimensão; - Capital; - Rendibilidade (RoA).	- + + + -	Lista de Palavras Lista de Palavras Logaritmo Ativo Capital/Ativo Resultados/Ativo
12	Arayani e Hussainey (2017)	Indonésia	2008-2012	89 bancos	Análise Explicativa	- Regressão múltipla; - Regressão parcial.	- Relação entre os riscos divulgados e as sentenças aplicadas.	- Dimensão; - Liquidez; - Rendabilidade (RoE); - Alavancagem; - Lucros reinvestidos.	+ - - - +	Volume de Ativos Emp.(s)/Depósitos Resultados/Capital Passivo/Ativo % dos Lucros retidos
13	Sousa e Santos (2017)	Brasil	2012-2015	41 grupos financeiros	Análise Descritiva	- Análise de conteúdo; - Elaboração de índice de divulgação para verificação do cumprimento dos requisitos da norma contabilística.	n/a	n/a	n/a	n/a

14	Melo e Leitão (2018)	Brasil	2014	26 bancos	Análise Descritiva	- Análise de conteúdo; - Construção de índice de divulgação baseado em 11 subcategorias do risco operacional, repartidos por dois grupos de bancos: tradicionais e corporativos; - Teste não paramétrico U de Mann-Whitney para comparar o comportamento entre os grupos.	n/a	n/a	n/a	n/a

Fonte: Elaboração própria.

Legenda:

n/a – Não Aplicável.

n/d – Não Disponível.